



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ-CRV
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



FLÁVIA CARVALHO DE MEDEIROS
VANESSA PRIAMO DE CARVALHO

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DISPOSTAS PARA O
EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS
NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR

Ivaiporã-PR

2016

FLÁVIA CARVALHO DE MEDEIROS
VANESSA PRIAMO DE CARVALHO

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DISPOSTAS PARA O
EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS
NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá - UEM, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.
Orientador: Prof. Ms. Marcelo Nascimento de Oliveira

Ivaiporã-PR

2016

FLÁVIA CARVALHO DE MEDEIROS
VANESSA PRIAMO DE CARVALHO

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DISPOSTAS PARA O EXERCÍCIO
PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE
IVAIPORÃ-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao curso de
graduação em Serviço Social da
Universidade Estadual de Maringá - UEM,
como requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Ms. Marcelo Nascimento
de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Ms. Claudiana Tavares da Silva
Sgorlon
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Esp. Maria Celeste Melo da Cruz
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã, ___ de _____ de 2016.

Dedicamos este trabalho a todos os profissionais de Serviço Social, aos nossos pais, familiares e amigos que tanto nos apoiaram no decorrer desta caminhada. Sem vocês nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer a todos que de algum modo fizeram ou fazem parte da minha vida, pois uma batalha nunca é vencida sozinha, e no decorrer desta caminhada muitas pessoas estiveram ao meu lado, me apoiando e estimulando para que eu conseguisse concluir mais esta etapa. Por isso, primeiramente agradeço de coração a todos que direta ou indiretamente me ajudaram e me incentivaram a chegar até o final desta graduação.

A todos os meus familiares, especialmente aos meus pais, que não apenas neste momento, mas que em toda a minha vida estiveram ao meu lado, me apoiando, me compreendendo e nunca me deixaram desistir, torcendo sempre pelo meu sucesso.

Aos meus amigos, que contribuíram de alguma forma para essa conquista. Obrigada pelos momentos de descontração e diversão, os quais renovavam as energias e davam forças para continuar a caminhada.

À minha companheira de TCC, Vanessa, pela parceria, pelo incentivo nos momentos de desânimo, e até pelos desentendimentos, pois todo esse processo foi de fundamental importância para a construção do nosso trabalho.

Aos colegas de curso e futuros colegas de profissão, que fizeram parte desta trajetória, compartilhando momentos de estudos, experiências, conquistas e descontração.

A todos os professores da Universidade, pelo empenho e dedicação nas aulas ministradas durante o curso, por me proporcionarem o conhecimento que tenho hoje, sendo de fundamental importância para o meu crescimento profissional e pessoal.

Ao orientador, Prof. Marcelo, que auxiliou na construção deste trabalho, pela sua dedicação e por suas contribuições para que este trabalho pudesse ser concluído com êxito.

Aos meus supervisores de estágio e a equipe do CREAS, por compartilharem comigo o conhecimento e a aproximação com a realidade da nossa profissão.

E, finalmente, agradeço a Deus por mais esta vitória, pela oportunidade de viver mais esta experiência de aprendizado, crescimento e desenvolvimento.

Flávia Carvalho de Medeiros

AGRADECIMENTOS

Primeiramente os meus agradecimentos são a Deus, a razão pela qual conquistei esta vitória. Aos meus amores incondicionais, meus pais, que sempre me apoiaram e me incentivaram em todas as minhas escolhas e decisões.

Ao meu namorado, Rogério Farias, por toda dedicação e compreensão nesses quatro anos de faculdade. Obrigada pelo apoio, por me ajudar a encontrar soluções quando elas pareciam não existir, por me motivar a cada vez ir mais longe e alcançar os meus objetivos. Sou muito feliz em poder compartilhar com você esta conquista.

Aos meus familiares e amigos, pela preocupação demonstrada nesses últimos meses, que com palavras me incentivaram a ir em frente e não desistir dos meus sonhos. À equipe da Nov' Ideia e Criativa, que direta ou indiretamente me incentivaram e acreditaram que eu conseguiria. Muito obrigada!

Aos colegas de turma que fizeram parte da graduação. A minha querida amiga Débora, que sempre se dispôs a me ajudar e incentivar nos momentos difíceis de estudo.

Agradeço em especial, a Flávia, que nas horas de estresse sempre me acalmava, dizendo que ia dar certo. Obrigada pelos desentendimentos que sempre acabavam em risadas e pela parceria para a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Marcelo Nascimento, por todos os ensinamentos e dedicação durante o processo de elaboração do TCC, pela paciência, pelo apoio e incentivo desde o primeiro contato, dizendo e acreditando que daria tudo certo.

Aos supervisores de campo, que tive o privilégio de conhecer e ser supervisionada, Barbara Firmino e, Érica Ortiz, pela dedicação que tiveram comigo durante esses dois anos de estágio, pelos momentos de orientação e ensinamentos, vocês são profissionais de extrema competência.

Aos profissionais que colaboraram por meio das entrevistas para a elaboração deste trabalho. E a todos os professores de Serviço Social da Universidade, pela dedicação, e que ao longo do curso contribuíram para o meu processo formativo, compartilhando seus conhecimentos.

Vanessa Priamo de Carvalho

MEDEIROS, Flavia Carvalho; CARVALHO, Vanessa Priamo de. **As condições de trabalho dispostas para o exercício profissional dos Assistentes Sociais no município de Ivaiporã-PR**. 2016. 73 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2016.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral conhecer as condições de trabalho dispostas para o exercício profissional dos assistentes sociais no município de Ivaiporã-PR. Têm-se por objetivos específicos: I) apontar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e os rebatimentos para a profissão; II) identificar os espaços sócio-ocupacionais, onde os assistentes sociais estão inseridos no município; III) analisar as relações de trabalho dos assistentes sociais; IV) identificar se as condições de trabalho e os equipamentos necessários para a efetivação do trabalho estão sendo disponibilizados pelas instituições empregatícias; V) problematizar o cotidiano profissional dentre os seus limites e desafios. Assim, a metodologia do estudo orientou-se pela pesquisa qualitativa, utilizando-se da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada junto a três assistentes sociais que atuam no município de Ivaiporã-PR, utilizando-se como instrumento a entrevista a partir de um roteiro com questões semi-estruturadas. O estudo evidenciou as reais condições de trabalho dos espaços sócio-ocupacionais que os profissionais estão inseridos no município, expressando: os equipamentos disponíveis; as condições éticas e técnicas do exercício profissional; o reconhecimento e valorização profissional; e, os desafios para a atuação profissional. Espera-se que os resultados deste trabalho contribuam no âmbito da formação profissional, bem como para a atuação dos assistentes sociais, proporcionando o conhecimento em relação aos limites e desafios encontrados cotidianamente no exercício da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Espaço Sócio-ocupacional. Exercício Profissional.

MEDEIROS, Flavia Carvalho; CARVALHO, Vanessa Priamo de. **The conditions of work disposed for the Professional exercise of the Social Workers in the city of Ivaiporã-PR.** 2016. 73 p. Final Course Assignment (Graduation in Social Service)- State University of Maringá, Ivaiporã, 2016.

ABSTRACT

The present study has as general objective to know the conditions of work disposed for the professional exercise of the social workers in the city of Ivaiporã- PR. The specific goals are: I) to point the changes occurred in the world of work and the folding for the profession; II) identify the socio- occupational spaces, where the social workers are inserted in the city; III) analyze work relations of the social workers; IV) identify if the conditions of work and the necessary equipment to the achievement of work have become available by the employment institutions; V) discuss the professional daily life among its limits and challenges. Therefore, the study was based in a qualitative methodology, using bibliographic review and field research. The data collection was accomplished with three social workers who act in the city of Ivaiporã-PR, using as instrument the interview from a script with semi-structured questions. The study highlighted the real conditions of work of the socio- occupational spaces where the professionals are inserted in the city, expressing: the available equipment; the ethical conditions and methods of the professional exercise; the recognition and professional valorization; and, the challenges to the professional performance. It's expected that the results of this work can contribute in the area of professional training, as well as to the performance of the social workers, providing the knowledge in relation to the limits and challenges found daily in the exercise of the profession.

Keywords: Social Work. Socio-Occupational Spaces. Professional Exercise.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIRETRAN	Circunscrição Regional de Trânsito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Ensino à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde
NRE	Núcleo Regional de Educação
ONGs	Organizações Não-Governamentais
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento
SEDS	Secretária da Família e Desenvolvimento Social
SESC	Serviço Social do Comércio
SUS	Sistema Único de Saúde
TJPR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	16
1.1 SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS DE UMA PROFISSÃO INSCRITA NO BRASIL	16
1.2 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PROFISSÃO	22
1.3 SERVIÇO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES TEÓRICO METODOLÓGICA, TÉCNICO OPERATIVA E ÉTICO POLÍTICA	25
2 TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	31
2.1 O MUNDO DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL	31
2.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS E O CONTEXTO DO DESMONTE NEOLIBERAL	34
2.3 ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	39
3 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DISPOSTAS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR	46
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ - PR	46
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
3.3 O PERFIL DOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS	49
3.3.1 As condições de trabalho e os equipamentos oferecidos pelas instituições empregadoras	50
3.3.2 Reconhecimento e Valorização Profissional	55

3.3.3 Desafios para a atuação profissional	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES	70
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	71
Apêndice B – Roteiro de Entrevista	73

INTRODUÇÃO

Com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, dentre as quais podemos destacar: a divisão do trabalho, as inovações tecnológicas e o surgimento de novos modelos de produção, a flexibilização das legislações trabalhistas e as terceirizações. Tais transformações, no atual contexto do capitalismo neoliberal vêm causando impactos de grande monta, ocasionando inclusive a precarização da vida e das relações sociais, as quais vão se agudizando e demandando intervenção e respostas do Estado.

No Brasil, a partir do reconhecimento da questão social pelo Estado, o Serviço Social enquanto profissão encontrou terreno fértil e *locus* privilegiado de intervenção a partir das políticas sociais. Estas, também sofrem consideráveis alterações em sua trajetória, tanto na forma quanto no conteúdo, a partir das investidas do grande capital em sua fase neoliberal, cujo projeto passou a colocar como prioridade de intervenção do Estado o campo econômico. Cotidianamente, a partir desse desdobramento demanda-se ao assistente social maior exigência de apreensão da realidade, a fim de melhor entendê-la e formular estratégias para o seu enfrentamento, refletindo ainda as contribuições para a viabilização de políticas públicas e a garantia de direitos sociais à classe trabalhadora.

Diante do exposto, faz-se necessário investigar as condições de trabalho dispostas para o exercício profissional dos assistentes sociais, a partir de sua atuação enquanto trabalhador assalariado, no atual contexto das políticas sociais do Estado capitalista. A escolha pelo assunto e tema de pesquisa justifica-se pela vivência das acadêmicas em campo de estágio supervisionado¹ em Serviço Social, o qual possibilitou observar a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais e, levantar indagações na perspectiva de compreender os limites e desafios enfrentados por estes profissionais em seus espaços sócio-ocupacionais no âmbito das políticas que compõem o sistema de seguridade social.

Em processo de formação profissional e em contato com os espaços sócio-ocupacionais de intervenção dos assistentes sociais, observamos que tais

¹ Estágio realizado nas seguintes instituições: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); e Departamento Municipal de Bem Estar e Assistência Social.

indagações precisavam ser delimitadas, o que se constituiu no seguinte problema de pesquisa: quais são as condições de trabalho dispostas para o exercício profissional dos assistentes sociais no município de Ivaiporã-PR?

Para responder a questão central desta pesquisa, o presente trabalho teve como objetivo geral: conhecer as condições de trabalho dispostas para o exercício profissional dos assistentes sociais no município. E, como objetivos específicos:

1. Apontar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e os rebatimentos para a profissão;
2. Identificar os espaços sócio-ocupacionais, onde os assistentes sociais estão inseridos, no município de Ivaiporã-PR;
3. Analisar as relações de trabalho dos assistentes sociais;
4. Identificar se as condições de trabalho e os equipamentos necessários para a efetivação do trabalho estão sendo disponibilizados pelas instituições empregatícias;
5. Problematizar o cotidiano profissional dentre os seus limites e desafios.

Nessa perspectiva, foi utilizada para o estudo a pesquisa social de abordagem qualitativa e, se desenvolveu inicialmente pela aproximação com a literatura pertinente que constituiu a fase exploratória da pesquisa. Também foi realizada pesquisa de campo, a qual buscou mapear as instituições onde estão inseridos os assistentes sociais no município de Ivaiporã-PR, sendo possível identificar 13 (treze) espaços sócio-ocupacionais. Dentre estes, foram entrevistados três assistentes sociais, os quais atuam em espaços distintos que compõem as políticas de seguridade social. Após a coleta de dados realizada por meio de entrevista com roteiro de questões semi-estruturadas, as respostas foram transcritas e submetidas à análise do conteúdo.

Este trabalho se constitui em três capítulos. O primeiro capítulo reflete os fundamentos do Serviço Social brasileiro em sua perspectiva histórica e teórico-metodológica, enfatizando sua institucionalização enquanto profissão a partir da década de 1930. Destaca sua dimensão interventiva, refletindo a autoimagem, perpassando pelos avanços e desafios em seu processo de legitimação. Dentre os principais desafios, acentua-se à instrumentalidade, a materialização do projeto ético-político profissional e os seus desdobramentos na atual conjuntura, o que

demanda dos profissionais o domínio das dimensões técnico operativa, teórico metodológica e ético política.

Já o segundo capítulo apresenta as principais transformações ocorridas no mundo do trabalho, destacando os impactos sofridos pelas políticas sociais do Estado capitalista no Brasil e os rebatimentos para a profissão de Serviço Social, a qual se insere enquanto profissão que participa na divisão social e técnica do trabalho, de modo a atender o conseqüente resultado deste processo no âmbito da questão social através dos assistentes sociais.

O terceiro capítulo apresenta uma breve caracterização do município de Ivaiporã-PR, destacando os procedimentos metodológicos para realização da pesquisa; os dados coletados e submetidos à análise estão dispostos nesse capítulo a partir de eixos: o perfil dos espaços sócio-ocupacionais e as condições de trabalho dos sujeitos da pesquisa; as condições de trabalho e os equipamentos oferecidos pelas instituições empregadora; o reconhecimento e a valorização profissional; os desafios para o exercício profissional.

Na sequência estão as considerações finais, que expressam as reflexões acerca da contribuição da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso. Considera-se o conhecimento quanto os desafios apresentados nos espaços sócio-ocupacionais e enfrentados cotidianamente pelo assistente social. Sendo este profissional um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho em prol do atendimento aos direitos à classe trabalhadora, consideramos a evidente importância e a necessidade do reconhecimento deste profissional.

Espera-se que as reflexões expressas neste trabalho possam contribuir para a formação de novos conhecimentos no âmbito acadêmico, propiciando ainda o reconhecimento dos profissionais quanto à importância da formação continuada e a necessidade de posicionamento em defesa da qualidade dos serviços ofertados a partir do exercício profissional.

1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O presente capítulo apresenta reflexões sobre os fundamentos do Serviço Social brasileiro em sua perspectiva histórica e teórico-metodológica, delimitado a partir de sua institucionalização enquanto profissão, com início na década de 1930. Destaca sua dimensão interventiva, refletindo a autoimagem, perpassando pelos avanços e desafios em seu processo de legitimação. Dentre os principais desafios enfrentados e na medida em que se avança esta profissão, acentua-se à instrumentalidade e, na cena contemporânea se expressa a necessidade de problematizarmos os desafios acerca do projeto ético-político profissional e os seus desdobramentos, o que demanda aos profissionais o domínio das dimensões técnico operativa, teórico metodológica e ético política.

1.1 SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS DE UMA PROFISSÃO INSCRITA NO BRASIL

O Serviço Social se institucionaliza no Brasil enquanto profissão em meio às contradições da relação entre as classes sociais, acentuadas pelo fortalecimento e avanço do capitalismo monopolista. Nesta perspectiva, implicou-se uma nova configuração do Estado, exigindo possibilidades de representar novas funções e modalidades de intervenção sobre as expressões da questão social, com a responsabilidade de conter as tensões geradas pela ordem burguesa, por meio de políticas sociais².

Nessa conjuntura, são apresentadas condições para a criação de espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais, que conforme Ortiz (2010) possibilitará a inscrição formal da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Diante disto, o Serviço Social surge atrelado ao conservadorismo e se legitima profissionalmente como um recurso do Estado, da burguesia e com o apoio da Igreja

² As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais (FALEIROS, 2007, p. 46).

Católica, apresentando a profissão em sua gênese, um caráter doutrinário, com o objetivo de enfrentar as expressões da questão social.

Em relação à questão social, partilhamos do pensamento de lamamoto (2001) e, compreendemos que a mesma é o reflexo do conjunto de expressões provenientes do antagonismo entre o capital e o trabalho. Estas expressões passaram a ser o maior *lócus* de intervenção profissional. A questão social, que se apresentou a partir da segunda metade da década de 1920, com a implantação das indústrias no Brasil, esteve ligada à generalização do trabalho livre, em uma sociedade marcada pela escravidão, sendo conceituada por lamamoto (2001) como:

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (p. 16-17, grifo do autor).

Um dos grandes desafios da profissão neste período foi a busca de um referencial. De acordo com Yazbek (2009a), sua orientação inicial pautava-se na Doutrina Social da Igreja Católica, tendo como destaque as Encíclicas Papais “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII, de 1891 e, a “Quadragesimo Anno” de Pio XI, de 1931, no ideário franco belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino: o tomismo e o neotomismo. Em 1932, após o surgimento do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, organizado pelas Cônegas de Santo Agostinho, é fundado no Brasil o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Conforme lamamoto e Carvalho (2012), este marco surge como condensação da necessidade expressa pelos setores da Ação Social e Ação Católica de tornar mais efetiva às iniciativas e obras realizadas pela filantropia das classes dominantes.

O objetivo central do CEAS será o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação e esforços

dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 179).

Segundo os autores, a partir do CEAS foram criados quatro Centros Operários. Nestes espaços suas propagandistas procuravam, por meio de aulas de artesanato, conferências e conselhos sobre higiene, disseminar o interesse e atrair as operárias, de modo a adentrar e possibilitar o contato com a classe trabalhadora, estudando seu ambiente e as suas necessidades.

Dado importante que merece destaque foi a criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, através do CEAS, no ano de 1936, em São Paulo. A mesma não pode ser vista como iniciativa somente da Igreja Católica, pois já existiam demandas advindas do Estado, a partir de um elo entre ambos. Com isso, a Escola sofrerá adaptações, como o convênio consolidado em 1939, entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado, com o objetivo de organizar Centros Familiares, acompanhado pelo atendimento das demandas postas pela prefeitura.

Na década de 1940, o Serviço Social brasileiro entra em contato com o Serviço Social norte-americano e, com essa aproximação, o conservadorismo católico que marcou a profissão em seus primórdios, começa a ser tecnificado e as ações profissionais passam a se caracterizar pelo positivismo conservador, cuja mesclagem teve como objetivo o estabelecimento de hierarquias estáveis e a manutenção da ordem. Essa aproximação advém da necessidade de cumprir com as demandas crescentes dos trabalhadores por bens e serviços, sem rebelar-se contra a burguesia e mantendo baixos os níveis de pressão ao Estado. Nesse sentido, Yazbek (2009a, p. 5) considera que:

[...] a reorientação da profissão, para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, exige a qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional tendo em vista atender às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social.

O Estado, através da criação de instituições assistenciais passa a ser o mediador no processo de reprodução das relações sociais. Ao mesmo tempo em que viabiliza o processo de acumulação capitalista, atende as necessidades sociais da classe trabalhadora, tendendo a uma conciliação de classes. Nesta mesma

lógica, Yamamoto e Carvalho (2012) esclarecem que a atuação do assistente social reproduzia na mesma atividade interesses contraditórios, respondendo aos interesses da classe trabalhadora e ao capital, participando tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora.

É nesse contexto que o Serviço Social brasileiro passa a legitimar-se, ampliando seu mercado de trabalho, buscando criar formas de enfrentamento às expressões da questão social.

A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais (YAZBEK, 2009b, p. 10).

Nos anos de 1950, e, intensificando-se na década seguinte, o campo de atuação dos assistentes sociais é ampliado devido ao envolvimento dos mesmos nos trabalhos sociais de caráter comunitário, dando início às práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade.

[...] o Desenvolvimento de Comunidade é então definido como “processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país” (AMMANN, 2013, p. 49).

Assim, articulando a participação da população com o apoio do Estado, acreditavam que seria possível melhorar a qualidade de vida da população, contribuindo concomitantemente com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Segundo Ammann (2013), o Serviço Social teve um papel fundamental no Desenvolvimento de Comunidade, recebendo um olhar internacional quanto à sua formação, para que este atuasse de maneira a repassar a ideologia dominante, contribuindo para o êxito da exploração capitalista sobre a força de trabalho.

Nos anos de 1960, ocorrem diversas mudanças econômicas, políticas sociais e culturais, e o Serviço Social passa a se questionar, ainda que de forma

superficial, quanto ao seu aspecto conservador. A profissão, buscando então uma fundamentação teórica, para além das dimensões doutrinárias católicas e positivistas, passou a buscar por um referencial que lhe permitisse compreender a realidade, surgindo assim o denominado Movimento de Reconceituação:

Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latinoamericana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latinoamericano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx (YAZBEK, 2009a, p. 7).

O Movimento de Reconceituação foi um processo de profunda reflexão do Serviço Social, da qual a intenção foi romper com o Serviço Social Tradicional na formação e no exercício profissional. Para a compreensão desse processo de questionamento da profissão em sua base tradicional, é indispensável a compreensão dos três modelos de vertentes de análises que se descrevem no Movimento de Reconceituação: vertente modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

A vertente modernizadora sugere um rompimento com o Serviço Social Tradicional, moldando-se às necessidades do novo modelo de Estado desenvolvimentista e modernizador, porém uma modernização de cunho conservador. Nesta perspectiva ainda não se pensava em uma ruptura com a subordinação ao Estado e do poder vigente, o capitalismo, havendo apenas uma maior racionalização ou tecnificação da prática profissional (NETTO, 2011).

A segunda perspectiva, a reatualização do conservadorismo, segundo Netto (2011), apresenta a proposta de retorno aos fundamentos da gênese da profissão, ou seja, retroceder sobre o já alcançado, voltando às características totalmente baseadas nos preceitos da Igreja Católica, compreendendo os indivíduos e a comunidade a partir das experiências vivenciadas cotidianamente, colocando para a profissão a responsabilidade de induzir os sujeitos a se compreender a partir da concepção de mundo estabelecida.

Já a terceira perspectiva chamada de intenção de ruptura é baseada na teoria Marxista, ainda que de forma enviesada, apresenta a proposta de alcançar um pensamento crítico em relação à sociedade, e um menor distanciamento com os usuários (NETTO, 2011). No Brasil, essa vertente foi protagonizada pelo Método Belo Horizonte, conhecido como “Método BH”, que foi elaborado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, no decorrer de 1972 a 1975, sendo considerado, conforme Netto (2011, p. 275):

[...] a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas.

Ainda conforme o autor, esse Método colaborou para a implementação da perspectiva de intenção de ruptura, pois, estabeleceu no final da década de 1970 as bases para a retomada da crítica ao tradicionalismo burguês, que permeava a intervenção profissional naquele período. Os primeiros contatos entre o Serviço Social e a tradição marxista ocorreram ao longo do Movimento de Reconceituação, mais especificamente durante o movimento de intenção de ruptura.

Para Netto (1989, p. 97), “a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos ‘clássicos’ da tradição marxista, mas, especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis”, ou seja, de forma enviesada não conhecendo na íntegra as obras de Marx. Contudo, é esta aproximação que vai permitir à profissão o questionamento de sua intervenção, expandindo-se com a construção de um novo projeto profissional.

Neste processo de autocrítica da profissão, em seu âmbito teórico e metodológico, os instrumentos jurídicos normativos, a exemplo do Código de Ética, começam a ser revistos, buscando desconstruir a atuação profissional daquele Serviço Social conservador, pautado na perspectiva da tricotomia: caso, grupo e comunidade. Tais elementos vão apresentar subsídios fundamentais para refletir sobre a construção de um projeto ético-político que repercutisse diretamente na relação entre a formação profissional, a ética e a intervenção profissional.

1.2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PROFISSÃO

Para compreensão do projeto profissional do Serviço Social, se faz necessário inicialmente compreender os projetos societários. Conforme Netto (1999), estes projetos são coletivos e apresentam uma imagem de sociedade a ser edificada no âmbito macroeconômico. Ou seja, se constituem por estruturas flexíveis e diversificadas, reunindo as novas demandas e aspirações com o intuito de se transformar e se renovar, conforme os contextos históricos e políticos.

De acordo com Netto (1999), os projetos societários possuem dimensões políticas, envolvendo uma relação de poder dentro do projeto hegemônico. Estas dimensões não podem ser identificadas como posicionamento partidário, mesmo considerando partidos políticos como instituições necessárias à organização democrática da sociedade.

Os projetos profissionais, segundo Netto (1999, p. 04, grifo do autor):

[...] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...].

Os projetos são construídos por membros diferentes da categoria profissional, assim constituindo o corpo profissional uma unidade não homogênea, configurando-se um espaço plural, onde os atores são distintos um do outro. Porém, para que o projeto profissional se consolide na sociedade é necessário que tenha em sua base um corpo profissional organizado e que leve adiante a intervenção de dimensões radicais em defesa da democracia.

Considerando o pluralismo profissional, Netto (1999) salienta que o projeto hegemônico de um corpo profissional supõe um acordo entre seus membros. Em relação aos aspectos imperativos, ressalta que estes são os componentes obrigatórios para todos que exercem a profissão e, os aspectos indicativos que

correspondem aos elementos que não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico para todos os membros.

O projeto profissional do Serviço Social se emergiu diante de um amplo movimento de lutas operárias pela democratização da sociedade e do Estado. O Congresso da Virada³ foi um marco histórico e de fundamental importância para a construção do projeto profissional, a partir do qual o corpo profissional impulsionado pelas lutas da classe trabalhadora enfrenta a supremacia do conservadorismo. É nessa perspectiva que se inicia a construção de um projeto voltado para as demandas dos trabalhadores, o que diante deste cenário histórico de lutas, instituíram-se condições necessárias para romper com o predomínio conservador da profissão e os componentes necessários para a elaboração do projeto profissional.

O primeiro componente se deu com a derrota da ditadura militar, sendo este a condição política, que possibilita a participação e o posicionamento dos profissionais nas instâncias político-organizativas da profissão. Destes, podemos destacar os fóruns deliberativos e consultivos da profissão, a exemplo: as associações profissionais, as organizações sindicais, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e os movimentos estudantis. É por meio destes fóruns e entidades que, de acordo com Teixeira e Braz (2009, p. 8), “são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios”.

Em relação aos componentes essenciais para a construção do projeto, destaca-se o conhecimento produzido e acumulado pelo corpo profissional, através do significativo aumento dos espaços de pós-graduação na transição dos anos de 1970 para 1980. Com essa acumulação teórica, o Serviço Social passa, segundo Netto (1999, p. 12), a “incorporar matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura e com o conservadorismo profissional - nelas se empregaram abertamente vertentes críticas, destacadamente inspiradas na tradição marxista”.

³ O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, em 1979, proporcionou avanços e conquistas na profissão. Conforme Abreu (2012 apud LOPES, 2009a, p. 22), “consiste assim na formação de uma nova cultura profissional, com consciência da luta de classes e da questão da democracia”, ficando conhecido como “Congresso da Virada”.

No decorrer dos anos de 1980 começa a ser discutida a formação profissional, sendo incentivada pela antiga ABESS⁴ a reforma curricular ocorrida em 1982, que tinha como propósito:

[...] redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com *eficácia* e *competência*, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira - em suma, a construção de um novo *perfil profissional* (NETTO, 1999, p. 13, grifo do autor).

Outro componente que deve ser ressaltado é a dimensão jurídico-legal, formando sua estrutura legal e institucional. Nela estão presentes as legislações, resoluções e documentos, que estão divididos em duas categorias. Na primeira, os elementos são elaborados e legitimados pela categoria, como: o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e as Novas Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Na segunda, estão as legislações oriundas da Constituição Federal de 1988, como a Lei Orgânica da Saúde (LOS), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) defendidas pela categoria profissional.

Enfim, todo esse processo constituiu componentes necessários e relevantes para a construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, tendo sua estrutura configurada na passagem dos anos de 1980 e se aprofundando no decorrer dos anos de 1990. O referido projeto tem como valor central o reconhecimento da liberdade, esta enquanto categoria analítica que permite aos indivíduos a escolha entre alternativas, ou seja, numa dimensão ontológica. Exemplificando assim, o compromisso do projeto com a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais, “*este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*” (NETTO, 1999, p.15, grifo do autor).

⁴ “Recorde-se que a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), e seu organismo acadêmico, o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social/CEDEPSS, criado em 1987, tiveram seu formato institucional redimensionado em 1988, surgindo então a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)” (NETTO, 1999, p.13).

Diante dos fundamentos destacados até aqui, devemos ressaltar os elementos que tornaram o Serviço Social brasileiro referência enquanto profissão crítica, como está disposto no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 1993, em seu segundo princípio. Ao destacar a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, considerando progressivamente o pluralismo, bem como a intervenção profissional, fica explícita qual é a direção a ser seguida por esta profissão, na perspectiva da emancipação dos sujeitos sociais.

Em relação à dimensão política, o projeto:

[...] se posiciona a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras* (NETTO, 1999, p. 16, grifo do autor).

Assim sendo, o projeto torna-se democrático, possibilitando aos indivíduos a participação política nos espaços deliberativos, consolidando seus direitos de cidadão, garantidos pela Constituição Federal. O projeto prioriza também o compromisso na qualidade dos serviços ofertados à população, através dos programas e das políticas sociais. Diante do exposto, esse projeto profissional expressa uma direção social crítica, que traz aos profissionais perspectivas para a consecução do exercício profissional de forma coerente aos seus princípios e valores. Isto requer o diálogo com algumas dimensões que estão interligadas com a profissão, das quais destacaremos a seguir: dimensões teórico metodológica, técnico operativa e ético política.

1.3 SERVIÇO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES TEÓRICO METODOLÓGICA, TÉCNICO OPERATIVA E ÉTICO POLÍTICA

Conforme já destacamos, o Serviço Social se institucionaliza como profissão no intuito de controlar os conflitos entre as classes sociais. Até a década de 1970, a profissão teve como norte o pensamento conversador e seu referencial teórico

baseado no positivismo. É a partir da década de 1980, que a profissão ao intensificar seu processo de ruptura com o Serviço Social Tradicional, estabelece uma visão crítica da sociedade e de seus profissionais nela inserida.

Essa preocupação levou à possibilidade analítica da relação entre o saber e o fazer profissional, identificando a necessidade de refletir as técnicas e os instrumentos utilizados no exercício profissional. Com esse processo, a contribuição da técnica e dos instrumentos, antes considerado de forma fragmentada no exercício profissional, passa a dar lugar à preocupação de articulá-las com a fundamentação teórico metodológica.

Neste momento houve também o reconhecimento intelectual do assistente social pela categoria. Desse modo, o Serviço Social vem se assegurando enquanto uma profissão que intervém refletidamente na realidade social, concebendo sua alçada intelectual como forma de pensar a realidade e nela a sua inserção, tornando indispensável à sistematização teórica da prática.

A ruptura com a visão e a condição do técnico, bem como a procura de inscrição da prática do Serviço Social nos quadros complexos da totalidade social, afirmam o estatuto de um profissional que quer entender sua prática e entender-se na globalidade do processo social. E isso representa um recurso indispensável para não nos tornarmos profissionais cooptados (IAMAMOTO, 2004, p. 180).

No processo de redefinição profissional, ao incorporar os fundamentos da teoria marxista, recupera-se a centralidade do trabalho. Segundo Guerra (2000), pelo processo de trabalho os homens transformam a realidade, transformam-se a si mesmo e aos outros homens. Conforme a autora, o processo de trabalho, aqui refletido, pressupõe um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas.

É por meio do trabalho que o homem se produz como ser social e nele realiza a sua teleologia, pois é uma atividade consciente, onde o produto final do trabalho é idealizado na mente do trabalhador, em tempo anterior à concretização do processo de trabalho. Ainda conforme Guerra (2000), a postura teleológica implica instrumentalidade, o que possibilita o homem manipular e modificar as coisas, atribuindo-lhes propriedades humanas, com o objetivo de transformá-las em

instrumentos/meios que permitam alcançar suas finalidades. Nesse sentido, a autora ainda esclarece que:

A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. [...] É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível de realidade social: no nível do cotidiano. [...] A instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho (GUERRA, 2000, p. 02).

A instrumentalidade ocorre por meio do acúmulo histórico dos profissionais, de sua cultura profissional e pela vivência na divisão social e técnica do trabalho, onde estão inseridos conforme o processo de trabalho na sociedade capitalista. Desta forma, a instrumentalidade no Serviço Social não vem apenas das suposições puramente profissionais, pois recebe influências dos determinantes históricos, econômicos e sociais.

Estamos, pois, nos referindo às propriedades e às capacidades sócio-históricas que a profissão vai adquirindo na sua trajetória no confronto entre as condições objetivas e as posições teleológicas de seus agentes profissionais e dos agentes sociais que demandam o exercício profissional, entre as respostas profissionais e as demandas colocadas à profissão, as quais atribuem-lhe determinados significados e reconhecimento social, que precisam ser compreendidos (GUERRA, 2000 apud COSTA, 2008, p. 38).

Nesse sentido, é importante compreender a capacidade de mobilizar e articular os meios imprescindíveis para conseguir dar respostas às demandas determinadas pela sociedade, composta pelos referenciais teórico metodológicos, instrumentos, estratégias, técnicas, valores e princípios, que possibilitam dar conta da totalidade da profissão e da realidade social. As demandas colocadas cotidianamente aos assistentes sociais são consequências de um processo complexo de uma sociedade contraditória. Desta maneira, respostas profissionais simplesmente instrumentais não dão conta dessa complexidade, pois estas atuam apenas na aparência não revelando a essência dos fenômenos expressos hodiernamente.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos, e princípios ético-políticos (GUERRA, 2000, p. 11).

A instrumentalidade do Serviço Social, portanto, está baseada nas dimensões teórico metodológica, técnico operativa e ético política, compreendidas articuladamente, ou seja, impossíveis de serem refletidas isoladamente.

A dimensão teórico metodológica não pode ser reduzida a pautas, etapas, procedimentos de fazer profissional, pois esta vai além dos procedimentos operativos, e está colocada pelo modo de ler, de interpretar e de se relacionar com o ser social, a fim de explicar a sociedade e os fenômenos que a constituem. Acerca desta dimensão, o documento da ABESS (1996) já nos trazia a seguinte consideração:

[...] a capacitação teórico-metodológica e histórica é que permite uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares, em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da adoção de uma teoria social crítica (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.152).

Essa dimensão permite que o profissional apreenda a dinâmica social, o processo de construção das demandas de seus usuários a partir da realidade, fugindo do senso comum e das aparências, criando formas efetivas de transformar a realidade desse usuário respeitando suas especificidades. Nesse sentido, para o profissional conhecer a realidade vivenciada pelos usuários é necessário que os mesmos apropriem-se com austeridade da dimensão teórico metodológica, que irá permitir, conforme Sousa (2008, p.122) “[...] enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais”.

Por sua vez, a dimensão técnico operativa, está relacionada às técnicas e instrumentos utilizados para a intervenção profissional. Os instrumentos necessitam ser reconhecidos como potencializadores do trabalho e a técnica possibilitará o aprimoramento desses instrumentos, contribuindo para alcançar os objetivos de suas ações profissionais. Dessa forma, estes elementos formam o instrumental técnico operativo, o que pode ser considerado, de acordo com Trindade (1999):

[...] articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento ontológico do processo de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento - qualitativamente diferenciado - ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho (apud COSTA, 2008, p. 58).

É este instrumental, juntamente com as demais dimensões que possibilitará os rumos do agir profissional, sendo assim, a escolha dos instrumentos e das técnicas é relevante para atingir os objetivos e finalidades almejadas pela profissão. Nesse sentido, Santos (2013) esclarece que ao considerar os instrumentos como meios para obter uma finalidade e ao escolher um instrumento de ação, o profissional deve ter nitidez do objetivo pretendido e, para isso, os mesmos devem refletir as particularidades dos diversos espaços em que realizam seu trabalho, baseando-se nos fundamentos e princípios éticos que guiam a profissão.

A dimensão ético política, expressa que o profissional não pode ter um posicionamento neutro, pois sua intervenção ocorre em meio às relações de poder e força da sociedade capitalista. Conforme Sousa (2008, p. 121) “[...] é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática”. Nessa concepção, sustenta-se ainda a necessidade dos profissionais assumirem dimensões e direções ideopolíticas de um projeto societário vinculado à defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Os caminhos pelo qual a profissão constitui o projeto ético-político, pautado em uma perspectiva crítica na formação e no exercício profissional, implicam em uma articulação entre as dimensões teórico metodológica, técnico operativa e ético

política, de forma que os direitos dos trabalhadores sejam defendidos. Assim, se faz necessário no âmbito do exercício profissional adotar os princípios e valores que compõem o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e, assumirem então, uma conduta profissional que defenda uma vinculação entre a dimensão teórica e a metodológica, na defesa e na garantia dos direitos sociais, políticos e civis.

2 TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Este capítulo apresenta as principais transformações ocorridas no mundo do trabalho, que a partir da década de 1970 emanaram da crise da acumulação capitalista, ocasionando impactos diretos nas políticas sociais. Este movimento, aliado às dimensões do processo de reestruturação produtiva, alimentado pelo ideário neoliberal, irá rebater especificamente na profissão do Serviço Social, que se insere enquanto profissão que participa na divisão social e técnica do trabalho, de modo a atender o conseqüente resultado deste processo no âmbito da questão social.

2.1 O MUNDO DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho desencadeadas pela crise de acumulação capitalista dos anos de 1970 trouxeram significativas transformações nos processos de trabalho, as quais rebatem diretamente na profissão do Serviço Social.

Particularmente nos últimos anos, como *respostas do capital à crise dos anos 70*, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca, para o capital, especialmente, o toyotismo. Essas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical e operário (ANTUNES, 2011, p. 195, grifo do autor).

Ao longo do seu trajeto, o capitalismo é marcado por momentos de avanços e retrocessos, afetando a classe trabalhadora devido às mudanças na esfera

produtiva e organizacional do trabalho. Os avanços tecnológicos também fazem parte dessas mudanças, pois é constituinte da intensificação das transformações no processo produtivo e da precarização no mundo do trabalho.

As transformações ocorridas sucedem ainda, da origem dos novos modelos de organização e gestão, que têm como proeminência o Taylorismo e o Fordismo. De acordo com Antunes (2009, p. 38, grifo do autor), o Fordismo “baseava-se na *produção em massa* de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada*”. Por fim, temos o Toyotismo ou modelo japonês, que surge para desaparecer com os afazeres repetitivos. Como destaca o autor, sua produção é gerida e voltada pela demanda, nesse sentido esta ocorre na existência do estoque mínimo.

O Fordismo tem como intuito o aumento da produtividade na indústria, através da implementação de técnicas e métodos da engenharia industrial. Visa também, acabar com os desperdícios de matéria-prima e tempo, com a intenção de aumentar o ritmo de trabalho dos operários, conseqüentemente a exploração da força de trabalho. O referido modelo encontrou relutância dos trabalhadores devido aos agravos mentais e físicos acarretados deste padrão de acumulação. Ao mesmo tempo em que eleva a sua produção, diminui gradualmente o reconhecimento da produção manual do trabalhador, na medida em que as suas aptidões e capacidades são substituídas e/ou extinguidas pela divisão das atividades.

Novos processos de trabalho emergem, onde o *cronômetro* e a *produção em série* e *de massa* são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 2011, p. 24, grifo do autor).

Em função do esgotamento do modelo binômio fordista/taylorista, abre-se lugar para um novo modelo produtivo. Assentado em bases flexíveis, o toyotismo torna o trabalhador polivalente, intensificando a exploração do seu trabalho, assim o operário passa a manusear várias máquinas, combinando várias funções e tarefas, transformando-o em multifuncional. Esse modelo emerge como uma alternativa de ultrapassar a crise do capital e traz com ele graves e profundas conseqüências aos trabalhadores assalariados, no que tange aos seus direitos trabalhistas, os quais

sofreram ataques diretos sendo substituídos e muitas vezes esgotados (ANTUNES, 2011).

Como bem analisa Antunes (2011, p. 24):

O *toyotismo* penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se de formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase (grifo do autor).

Em meio às modificações advindas desse padrão de produção, compreende-se um claro aumento de trabalhos desregulamentados, assim gerando trabalhadores sem carteira assinada, e em mercado de trabalho informal. De acordo com o autor (2009, p. 252) “[...] estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial [...]”.

Partilhando do pensamento de Netto (1996), essa flexibilização impulsionada pelo grande capital vem sendo favorecida pelo direcionamento e reprodução a que ele submete, ou seja, a uma verdadeira revolução tecnológica, que, desde a década de 1950 afeta as forças produtivas. Iamamoto (2015, p. 182-183, grifo do autor) nos corrobora ainda que “[...] o sentido *histórico* do capital de desenvolver as forças produtivas, as necessidades e capacidades de trabalho dos homens, tendo em vista a produção do trabalho excedente”, e, conseqüentemente, um aumento da pauperização e super exploração dos limites inclusive da vida deste trabalhador.

Também soma-se a esse conjunto de reordenamento do grande capital contra a classe trabalhadora, as dimensões do projeto neoliberal. Este projeto nos anos de 1990 trouxe diversos impactos, principalmente no âmbito das forças produtivas, pois, tem-se o desmonte e a destituição dos direitos sociais. Estes direitos, tidos como conquistas arduamente pelos trabalhadores e viabilizados pelas políticas sociais, na atualidade sofrem constantemente com a redução dos gastos para a sua manutenção.

O neoliberalismo consiste na sustentação da qual o mercado é o principal e insubstituível mecanismo de regulação social, onde a sua enfática defesa do Estado mínimo. O propósito do neoliberalismo é

combater as políticas macroeconômicas de matriz keynesiana e o combate à garantia dos direitos sociais, defendendo como meta a estabilidade monetária (PEREIRA; SILVA; PATRIOTA, 2006, p. 9).

Diante desse cenário de modificações decorrentes da crise do capital e que conseqüentemente afetou o mundo do trabalho, trouxeram também significativas transformações societárias. O trabalho enquanto atividade que constitui o ser social, passa a ser utilizado pelo capitalismo para satisfazer as suas necessidades, a fim de acumular riquezas e cada vez mais lucro, por meio da exploração da força de trabalho e do aumento do número de desempregados e pessoas submetidas a empregos em sub condições.

As mudanças provocadas na trajetória das políticas sociais, principalmente, sendo elas campo privilegiado da intervenção profissional dos assistentes sociais, sofreram expressivas alterações em sua forma e conteúdo devido às investidas do grande capital, a partir do projeto neoliberal. Elementos como a descentralização, a focalização e a insuficiência de recursos humanos e financeiros, são expressões evidentes deste processo.

O desmonte das políticas sociais, sobretudo, a partir da década de 1990, com o avanço das medidas neoliberais implementadas pelo Estado brasileiro, acaba por gerar impactos diretos aos profissionais e aos cidadãos que são usuários das políticas públicas, agudizando ainda mais as desigualdades sociais já existentes. É importante ressaltar que a focalização perde de vista a dimensão ampliada de direitos sociais, assim, torna-se mais intenso o caráter meramente assistencialista do Estado, quando prevê apenas o atendimento a uma parcela da população, restando aos demais alcançarem individualmente suas necessidades pela meritocracia ou através do mercado (MELIM, 2012).

2.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS E O CONTEXTO DO DESMONTE NEOLIBERAL

Como já mencionado no capítulo anterior, a profissão está inserida na divisão social e técnica do trabalho, atuando diretamente na relação entre o Estado, os setores empregadores e a classe trabalhadora, na perspectiva de enfrentar e

minimizar as expressões da questão social, trabalhando diretamente no planejamento, na formulação e execução das políticas sociais. Conforme Behring e Boschetti (2011), o surgimento das políticas sociais não tem uma data específica, emergiram-se do processo de ascensão do capitalismo, dos movimentos de luta da classe trabalhadora e da ampliação das responsabilidades sociais do Estado.

A política social vai se expandir juntamente com as mobilizações da classe operária como uma estratégia governamental, atendendo as reivindicações dos trabalhadores, mas garantindo a manutenção dos interesses do capital. Nesse sentido, Faleiros (2004, p. 8) afirma que:

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

No Brasil, a partir da década de 1930, inicia-se um processo de mudanças, tanto no modelo de desenvolvimento econômico, que passou de um regime agro exportador para um modelo urbano industrial, quanto na mudança política aprofundada pelo Governo de Getúlio Vargas⁵, configurando-se como o Estado populista. De acordo com Freitas (2005), foi nesse contexto de mudanças que se desenvolveram as primeiras políticas sociais no país, juntamente com o surgimento do Estado de Bem-estar Social⁶.

É importante destacar o período que marca o desenvolvimentismo e o que antecede a Constituição Federal de 1988. Tratou-se de um maior desenvolvimento econômico do que o social, nesse sentido, as políticas públicas não eram constituídas, se davam ao nível de Estado, e não na perspectiva de defesa e garantia de direitos. Salientando que embora ocorressem investimentos dos governos ditatoriais, estes eram centralizados na esfera federal.

⁵ O governo Getúlio Vargas compreende o período entre 1930 a 1945. Esse período foi um marco na história brasileira, devido às mudanças que o mesmo realizou no país, tanto no campo social quanto no econômico.

⁶ Para Rosanvallon (1981 apud NOGUEIRA, 2001, p. 94), o atual Estado de Bem-estar é um “aprofundamento e uma extensão do Estado protetor clássico”, que se instituiu entre os séculos XV e XVIII, e que pode ser definido como Estado protetor – protetor das prerrogativas civis individuais – vida e liberdade, através de um pacto social estabelecido entre os homens e entre estes e o poder monárquico.

A Constituição Federal de 1988 possibilitou um dos mais expressivos progressos na política social brasileira. Behring e Boschetti (2011) enfatizam que a partir da Carta Magna apresenta-se um novo padrão público universal de proteção social, sendo implementado os direitos sociais, instituídos no Artigo 6º da Constituição, como: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência social (BRASIL, 2016).

Nos marcos do neoliberalismo, o conjunto de direitos sociais mencionados acima foram submetidos à lógica da crise fiscal⁷ do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias, direcionadas para os efeitos mais perversos da crise (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Dessa forma, a estratégia neoliberal contraria a universalização e a integração com os outros setores da seguridade social, tornando-se centralizadas em programas sociais seletivos e emergenciais, deixando de se configurar enquanto direito, e resultando em políticas desarticuladas.

A política de saúde perde sua dimensão de universalidade, passando a se configurar como um pacote para os pobres; a Assistência Social se mostra incapaz de atender a população que precisa de seus serviços, sendo quase restrita aos programas de transferência de renda; a Previdência Social passa por vários processos de contra-reformas, pois o que acontece é uma profunda intensificação das perdas dos direitos dos trabalhadores (LOPES, 2009b, p. 07).

As políticas sociais, neste contexto atuam como uma forma de contenção social e cooptação da sociedade em prol dos interesses capitalistas, com a proposta de que a sociedade reconhecesse e acreditasse que o crescimento econômico resultaria no desenvolvimento social. Nesse sentido, acabam ficando em segundo plano, sendo sujeitadas às políticas econômicas. Assim, essas políticas tornam-se ações paliativas, focalizadas, assistencialistas, sendo reduzida a intervenção do Estado, onde as responsabilidades do mesmo foram transferidas à família, à solidariedade, ao mercado e ao Terceiro Setor, numa perspectiva de mercantilização da vida social (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014).

⁷ “As crises financeiras nos anos 1990, nos chamados países emergentes (Rússia, México, Argentina, Brasil, Tailândia, Indonésia e Filipinas), são resultados diretos da liberalização e da desregulamentação comercial e privatização dos sistemas produtivos desses países” (SALVADOR, 2015, p. 16).

A subordinação dos direitos sociais às políticas econômicas contradiz com o discurso de universalização de direitos. Contudo, o que tem se observado na contemporaneidade é o alargamento de políticas imediatas, que almejam satisfazer apenas as demandas emergenciais da população que se encontra em estado de miséria, não conseguindo abranger todos aqueles que necessitam de intervenção, tendo seus direitos de alguma forma negados.

Em toda a década de 1990, ocorreu à desregulamentação da Constituição Federal de 1988, provocando um desmonte antes das políticas públicas propostas serem implementadas. Dentre estes desmontes promovidos por intermédio de reformas, não ficaram de fora as políticas de seguridade social, bem como cortes no orçamento que aprofundaram as reformas da previdência; a universalização excludente na saúde e a focalização da assistência social (PEREIRA; SILVA; PATRIOTA, 2006).

A Previdência Social passou por profundas mudanças nos anos de 1990, através da chamada Reforma da Previdência ou a contrarreforma administrativa do Estado. A mesma foi estabelecida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, a qual resultou em impactos no sistema de obtenção das aposentadorias. Dentre as principais mudanças ocorridas com a reforma, Nakahodo e Savóia (2007) destacam a maior rigidez para a concessão da aposentadoria, o estabelecimento do período mínimo de contribuição e alterações no cálculo dos benefícios.

Já o campo da saúde, merece destaque no que tange ao seu reconhecimento enquanto política pública. Seu marco principal, numa perspectiva de conquistas, através das lutas da população e movimentos organizados, se dá a partir da 8ª Conferência Nacional, realizada em março de 1986, em Brasília. Esta Conferência teve como proposta a construção de um Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do Movimento de Reforma Sanitária⁸.

Com a Constituição de 1988, foi constituído o SUS, incorporando todos os serviços públicos, sendo complementado pela participação do setor privado a partir

⁸ A Reforma Sanitária foi um movimento que teve como objetivo “[...] um processo de transformação da norma legal e do aparelho institucional que regulamenta e se responsabiliza pela proteção à saúde dos cidadãos e corresponde a um efetivo deslocamento do poder político em direção às camadas populares, cuja expressão material se concretiza na busca do direito universal à saúde e na criação de um sistema único de serviços sob a égide do Estado” (TEIXEIRA 1989 apud COHN, 1989, p. 129).

do desmonte da seguridade social ocorrido no decorrer da década de 1990. Pode-se afirmar que algumas conquistas dispostas na Constituição foram:

As ações e Serviços de Saúde passaram a ser considerados de relevância pública, cabendo ao poder público sua regulamentação, fiscalização e controle; constituição do Sistema Único de Saúde integrando todos os serviços públicos em uma rede hierarquizada, regionalizada, descentralizada e de atendimento integral, com participação da comunidade; a participação do setor privado no sistema de saúde deverá ser complementar, preferencialmente com as entidades filantrópicas, sendo vedada a destinação de recursos públicos para subvenção às instituições com fins lucrativos (TEIXEIRA 1989 apud BRAVO, 2001, p. 10-11).

Com a emergência do neoliberalismo, a proposta da política de saúde passa a sofrer consideráveis entraves, numa perspectiva que desconstrói todas as conquistas em torno do SUS. Soma-se a estes fatores de precarização, o crescente projeto de mercantilização da saúde, que conforme Bravo (2001, p. 15) “[...] tem como premissa concepções individualistas e fragmentadoras da realidade, em contraposição às concepções coletivas e universais do projeto contra-hegemônico”. A mercantilização da saúde é baseada na política de ajuste, a qual visa à redução dos gastos por meio da racionalização da oferta e a redução das responsabilidades do Estado, cabendo a este a tarefa de garantir um mínimo aos que não podem pagar e, conseqüentemente, o setor privado atenderá aqueles que têm acesso ao mercado.

A política de assistência social é a que mais vem encontrando empecilhos para se consolidar como política pública, o que traz desafios para o Serviço Social no âmbito de seu exercício profissional, principalmente na execução e consolidação das políticas sociais. Inclusa no campo da seguridade social, a assistência social, segundo Sposati (2005) é uma política de proteção social não-contributiva, que deve realizar ações de prevenção e proteção perante as situações de vulnerabilidades, riscos e danos sociais, independente de contribuição financeira dos usuários.

No que diz respeito ao financiamento das políticas sociais, este ocorre por meio do fundo público. Segundo Salvador (2010, p. 608), “o fundo público ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com reprodução do capital”. Nesta perspectiva, o orçamento da seguridade social vem perdendo

recursos de suas fontes tributárias exclusivas, devido à transferência de verbas para o orçamento fiscal, portanto, o mesmo tem sido utilizado para viabilizar os interesses do capital financeiro, agudizando que as políticas deixem de serem executadas.

Nesse cenário, aprofunda-se a degradação do trabalho, implicando na precarização do trabalho dos assistentes sociais e demais trabalhadores que forjados nas políticas sociais possuem seu *lócus* de intervenção profissional. Yazbek (2009a, p. 18-19) enfatiza que ocorre a:

[...] desregulamentação dos mercados de trabalho de modo geral, quadro em que se alteram as profissões, redefinem-se suas demandas, monopólios de competência e as próprias relações de trabalho. Aqui situamos processos como a terceirização, os contratos parciais, temporários, a redução de postos de trabalho, a emergência de novos espaços de trabalho como o Terceiro Setor, a exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo.

As alterações vivenciadas pelos profissionais do Serviço Social rebatem tanto no seu processo de trabalho, quanto em seus espaços sócio-ocupacionais, por estes estarem inseridos no mercado de trabalho enquanto classe trabalhadora, mas, também por serem viabilizadores das políticas sociais aos seus demandantes nos diferentes espaços e contextos.

2.3 ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Como já apontado, a crise estrutural do capital, as mudanças ocorridas no processo de trabalho e a expansão do neoliberalismo, vivenciadas no Brasil a partir da década de 1990, afetam diretamente os trabalhadores, os quais sofrem com o aumento do desemprego, com a informalização do trabalho, dentre outros. Diante desse cenário de mudanças, agrava e amplia-se às expressões da questão social,

ocasionando o aumento dos espaços sócio-ocupacionais⁹ dos assistentes sociais, que tem a questão social como principal eixo de intervenção.

Para minimizar as desigualdades geradas pelo processo de acumulação capitalista e pelo avanço do ideário neoliberal, os assistentes sociais utilizam-se das políticas públicas e sociais, na perspectiva de possibilitar que os serviços sejam prestados com qualidade aos seus demandantes. É importante salientar que devido ao sucateamento e o desmonte dessas políticas, os profissionais sofrem com a precarização, tanto na perspectiva de torná-las acessíveis aos seus demandantes, quanto às próprias condições que possuem para o exercício profissional.

Nesse contexto de retração do Estado no âmbito das políticas sociais, alargam-se a transferência de responsabilidades para a sociedade. Estas transferências vêm aumentando através de parcerias entre Estado com Organizações Não-Governamentais (ONGs), ocasionando também na terceirização do trabalho do assistente social. Esse processo de precarização na execução das políticas sociais acaba acarretando em diversas consequências aos profissionais, visto que, conforme Iamamoto (2015, p. 126), “este passa a ser submetido a precarização das relações de trabalho e a restrição de direitos sociais e trabalhistas”.

Conforme a autora, os assistentes sociais sofrem com os efeitos desencadeados pela Reforma do Estado, no que se refere à precarização das relações e condições de trabalho em seu campo de atuação, tais como a redução drástica dos concursos públicos, a redução salarial, a ausência de apoio à carreira, a terceirização seguida de contratos temporários e muitas vezes precários, assim afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados por estes profissionais aos usuários.

A categoria dos assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados, conforme Iamamoto (2009b, p. 13) “[...] vendem sua força de trabalho especializada aos empregadores em troca de um equivalente expresso na forma monetária, expressa no preço de sua força de trabalho, o salário ou proventos”.

Essa condição de assalariado, também se expressa em inúmeros desafios como a subordinação aos interesses imediatos dos empregadores, ou seja, coloca em xeque a autonomia profissional, bem como as atribuições e competências expressas pela Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão.

⁹ “Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado - nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário -, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais” (IAMAMOTO, 2009a, p. 05).

Portanto:

Verifica-se, pois, uma *tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho*. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2009b, p. 16, grifo do autor).

Assim, os assistentes sociais têm o desafio de atuar frente aos limites estabelecidos institucionalmente. Ao mesmo tempo em que este profissional é um trabalhador assalariado, cuja condição lhe dispõe de uma relação contratual de trabalho, tal condição acaba por impor limites à realização do seu trabalho, mas conforme a autora nos corrobora, cabe a estes profissionais o dever de zelar pelo projeto ético-político e pelo Código de Ética da profissão, tensionando a ordem, a partir da retomada contínua dos fundamentos da profissão.

O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução das ações profissionais, socialmente legitimadas pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais) (IAMAMOTO, 2009b, p. 07-08).

Em relação às alterações vivenciadas pelos assistentes sociais dentro dos espaços sócio-ocupacionais, os profissionais passam a ser chamados, segundo lamamoto (2009b, p. 31, grifo do autor), “a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento*”. Diante dessas demandas e atribuições, se faz necessário cotidianamente que estes profissionais adquiram novas habilidades e reafirmem suas competências, tais como:

[...] o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios, para a leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando seus alvos e compromissos, assim com os recursos disponíveis para projetar ações; domínio no processo de planejamento; a competência no gerenciamento e

avaliação de programas e projetos sociais [...] (IAMAMOTO, 2009b, p. 31-32).

As atribuições e competências dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais devem estar pautadas por direitos e deveres contidos no Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão, as quais são imprescindíveis ao enfrentamento das demandas sociais que estes profissionais se deparam cotidianamente. Cabe assinalar, conforme a autora (2015, p.77) que o Código de Ética “[...] indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional”.

É importante ressaltar que as competências expressam a capacidade em compreender e/ou dar respostas ao nível de resolutividade a um determinado assunto, não sendo estas exclusivas de uma única profissão, pois são a ela concernentes em função da capacidade resolutiva dos sujeitos profissionais. Por outro lado, as atribuições do assistente social são dimensões exclusivas ao serem definidas enquanto requisição em matéria, área e unidade, específicas do conhecimento em Serviço Social. Esse esclarecimento justifica e elucida a concepção da profissão, uma vez que a auto qualificação da profissão é uma prerrogativa de seus agentes especializados e seus organismos representativos, gerando a quem se autoqualifique responsabilidades legais e jurídicas (IAMAMOTO, 2009a).

Aos desafios da profissão em sua perspectiva ética, destaca-se que o perfil do assistente social deve ser dotado também de competência técnica e política, possibilitando aos assistentes sociais apresentar respostas ao nível da mediação às necessidades sociais dos seus demandantes, pautadas por uma direção social crítica, conforme já destacamos no primeiro capítulo deste trabalho. Já a Lei de Regulamentação da Profissão, que norteia e orienta o trabalho desenvolvido pela categoria dos assistentes sociais, quando estes se apropriam dessa legislação, como aponta Torres (2007, p. 52) “[...] para entender, defender ou mesmo se contrapor às determinações demandadas do espaço sócio-organizacional para o qual presta serviço, dos próprios usuários ou mesmo da realidade social”.

No que tange aos processos de contratação dos assistentes sociais, há uma grande preocupação na contemporaneidade quanto aos adventos sob as formas estratégicas de precarização do trabalho. Na medida em que se instituiu a Lei nº

12.317/2010, que estabeleceu a jornada de 30 horas semanais para o trabalho do assistente social sem a redução de salário, estratégias diversas vêm sendo adotadas pelos empregadores para contar com mão de obra deste profissional. Muitas vezes, burlando a legislação e aumentando o nível de exploração da força de trabalho, bem como criação de cargos com denominações e nomenclaturas variadas e, nestas, expressões das atribuições profissionais mescladas com fazeres de outras profissões.

Junto a este novo fenômeno, observamos os denominados cargos genéricos, que são aqueles cujas atribuições requisitadas estão expressas na Lei nº 8662/1993, todavia com novas nomenclaturas. A resolução do CFESS nº 572 de 25 de maio de 2010, dispõe sobre a obrigatoriedade do registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que desenvolvem atividades e funções de sua atribuição, pois é este o profissional que possui habilidades e saberes para a garantia e execução de suas atividades privativas, mesmo que estejam contratados sob a nomenclatura de cargos genéricos.

É importante ressaltar que os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, neste contexto, têm sido cotidianamente tensionado pelas determinações expressas pelas configurações e reconfigurações do cenário capitalista, que apontam diversas demandas de trabalho, bem como o próprio trabalho voluntário do assistente social. À medida que as políticas sociais no Estado capitalista tem se apresentado sob a dimensão da imediatividade e da alienação na operacionalidade das metas e variáveis propostas pelos organismos internacionais, desafia-se ainda mais o exercício profissional dos assistentes sociais (GUEDES; COELHO; OLIVEIRA, 2016).

Para enfrentar a precarização dos espaços sócio-ocupacionais, podemos ressaltar a disposição da Resolução nº 493/2006, enquanto instrumento jurídico normativo que subsidia os espaços onde os profissionais estão inseridos. Este documento aponta sobre as condições técnicas e éticas do exercício profissional do assistente social. Problematisa que para a efetivação da qualidade nos serviços prestados aos usuários da política pública, deve haver condições adequadas de trabalho, tais como: espaço físico, arquivo próprio e com chave (de forma a garantir o sigilo das informações contidas nas documentações), iluminação e ventilação, dentre outros; dessa forma, tornando acessíveis os direitos da classe trabalhadora e os meios de exercê-los pelos assistentes sociais.

Porém, quando refletimos os desafios cotidianos, estas condições tem se tornado cada vez mais precária, assim tornando desafiante uma atuação profissional condizente com o Código de Ética do Assistente Social e com a Lei de Regulamentação da Profissão.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2009a, p. 12).

Desta forma, é importante que o assistente social utilize da sua dimensão teórica metodológica e da sua capacidade de compreender as relações sociais, em conjunto com instrumentos e legislações, possibilitando a condução do exercício profissional dotado de competência crítica e conhecimento, conforme lamamoto (2015, p.49) “[...] um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas.”.

Quanto à formação profissional, há uma apreensão em relação às dimensões do aligeiramento da profissão, da mercantilização da educação superior no Brasil e o crescimento do Ensino à Distância (EaD). Juntamente com essas ocorrências, vem a precarização no processo formativo, na medida em que há uma expansão de profissionais de forma desordenada e desqualificada, o que segundo lamamoto (apud KOIKE, 2009, p. 08, grifo do autor), “em breve constituir um *‘exército assistencial de reserva’*, reforçando práticas do voluntariado e da precarização do exercício profissional”. Ao lado do ensino à distância, cresce ainda os cursos de ensino superior privados, que têm a obtenção de lucros como principal objetivo e, geralmente ofertam a baixa qualidade no ensino, em detrimento das condições de trabalho com o qual realizam as atividades, não oferecendo assim a qualidade exigida no perfil das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996.

Pode-se observar também na contemporaneidade, o crescimento exponencial dos assistentes sociais, soma-se a isso o desemprego dessa categoria, visto que o crescimento acelerado dos profissionais não acompanha no mesmo ritmo

a oferta de trabalho, ocasionando desta forma a precarização e a insegurança no trabalho. (IAMAMOTO, 2009a).

Tendo em vista a inserção do Serviço Social na sociedade capitalista e o seu desenvolvimento no cenário contemporâneo, as políticas sociais enquanto *lócus* principal de atuação do assistente social vai sofrer grandes sequelas, a partir da crise do capital financeiro que provoca um ataque ao fundo público e, por sua vez atinge diretamente o espaço sócio-ocupacional dos profissionais. Estes dependem dos recursos alocados nas políticas sociais de modo que os serviços ofertados pelas políticas públicas possam ser operacionalizados.

Nesta perspectiva, acerca da dimensão teórica, dos fundamentos e do método que se debatem o Serviço Social na cena contemporânea, enquanto profissão que possui um estatuto crítico e que tem na dimensão da sua formação, na perspectiva do projeto ético-político, nas diretrizes curriculares, uma direção social pautada na defesa dos usuários e da classe trabalhadora. É que esses elementos nos darão subsídios para refletir as condições do exercício profissional dos assistentes sociais, inseridos em diferentes espaços do município de Ivaiporã, como se apresenta a pesquisa no próximo capítulo.

3 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DISPOSTAS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR

O presente capítulo aborda as condições de trabalho dispostas para o exercício profissional dos assistentes sociais no município de Ivaiporã-PR. Para tanto realizou-se pesquisa de campo, cujo os dados foram coletados junto a profissionais que atuam nos segmentos que compreendem o atendimento aos direitos sociais nas políticas de seguridade social. Os resultados obtidos foram analisados à luz do mote teórico construído no primeiro e segundo capítulo, que permitiram compreender a partir da realidade vivida pelos sujeitos como estão dispostas estas condições éticas e técnicas; o cotidiano de atuação profissional do assistente social; o reconhecimento e a valorização profissional. Os desafios expressos pelos sujeitos nos permitiram compreender que estes afetam a efetivação das ações profissionais, as quais implicam diretamente nos serviços oferecidos aos demandantes das políticas públicas e sociais.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR

Ivaiporã é um município brasileiro localizado na região centro-norte do estado do Paraná, e está a aproximadamente 384 km da capital, Curitiba. O município possui uma história recente, e, na década de 1940 começou a receber seus primeiros colonizadores. Porém, somente no ano de 1960, com a Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960, que Ivaiporã foi elevado de distrito para município. Atualmente, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o município é constituído por quatro distritos: Ivaiporã, Jacutinga, Santa Bárbara e Alto Porã, com uma população de aproximadamente 32.715 habitantes e uma área territorial de 431,502 Km².

De acordo com o site oficial da Prefeitura Municipal, atualmente Ivaiporã é um polo regional devido à sua dinamicidade no comércio e no setor de serviços. Muitos órgãos públicos possuem escritórios situados no município, podendo ser elencados: Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social

(SEDS); Núcleo Regional de Educação (NRE); Escritório Regional da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB); Escritório Regional do Instituto Ambiental do Paraná (IAP); Regional de Saúde; Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), entre outros.

O município de Ivaiporã também possui diversos serviços públicos e privados na área da saúde, como: hospitais, clínicas médicas especializadas e laboratórios de análises clínicas; e, na área da educação, escolas e colégios de ensino fundamental e médio e Universidades. Todos esses equipamentos e serviços ofertados colocam o município como polo de referência na região do Vale do Ivaí, composta por 15 (quinze) municípios considerados de pequeno porte, fazendo com que a cidade receba milhares de pessoas.

Este município possui 13 (treze) instituições, sendo 10 (dez) do setor público e 3 (três) da esfera privada, onde estão alocados assistentes sociais em distintos espaços sócio-ocupacionais, sendo elas: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Centro de Saúde; Colégio Mater Consolatrix; Colégio Santa Olga; Diretoria Municipal de Assistência Social - Órgão Gestor; Instituto Federal do Paraná (IFPR); Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS); Serviço Social do Comércio (SESC) e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR).

Dentre os profissionais de Serviço Social existentes nos espaços sócio-ocupacionais supracitados, foram selecionados três para a pesquisa de campo, os quais atuam nas políticas públicas que compõem o sistema de seguridade social, o qual foi dado ênfase no capítulo anterior deste trabalho.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho constitui-se de uma pesquisa social de abordagem qualitativa, a qual segundo Minayo (2009) compreende como aquelas que trabalham com os significados, motivos, crenças, valores e atitudes, ou seja, tudo aquilo que não pode ou não deveria ser quantificado e que dificilmente pode ser traduzido em números.

Ainda em relação à pesquisa qualitativa, Chizzotti (1991) expõe a importância da abertura do pesquisador às manifestações que observa, sem antecipar interpretações e nem deixar se levar pelas aparências imediatas, no intuito de obter uma compreensão real dos fenômenos.

A realização da pesquisa de campo teve como ponto de partida a revisão bibliográfica, que permitiu num primeiro momento tecer o mote teórico considerando o desenvolvimento da profissão de Serviço Social no Brasil. Posteriormente, propiciou apresentar as principais transformações ocorridas no mundo do trabalho e os impactos sofridos pelas políticas sociais, os quais rebatem diretamente nos espaços sócio-ocupacionais e no exercício profissional dos assistentes sociais.

Para trazermos tais discussões para este trabalho foi necessário e indispensável a realização de um levantamento bibliográfico, por meio de livros, artigos, revistas e legislações, que possibilitou uma sustentação teórica para realizarmos a análise dos dados coletados, na fase da pesquisa de campo. Conforme Galvão (2010, p. 01) “[...] realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além”. Segundo a mesma autora, o levantamento bibliográfico possibilita evitar a duplicação de pesquisas, bem como analisar e identificar possíveis falhas nas pesquisas já finalizadas e assim desenvolver novos estudos que propiciem cobrir essas lacunas existentes.

Dando seqüência à pesquisa de campo, a fim de buscarmos as informações necessárias junto aos participantes da pesquisa, realizamos um mapeamento dos espaços sócio-ocupacionais onde estão alocados os assistentes sociais no município de Ivaiporã. Este mapeamento foi efetuado através de telefonemas, e-mails e visitas nos espaços que estes profissionais atuam.

A pesquisa de campo, segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 83) tem como objetivo “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Conforme as autoras, para realizar a pesquisa de campo o pesquisador deve primeiramente obter conhecimento sobre o assunto, ou seja, ter previamente finalizado a parte bibliográfica de sua pesquisa, para que no momento da entrevista o mesmo esteja em consonância com a base para análise dos dados apresentados pelos participantes.

Consecutivamente, para efetuarmos a coleta dos dados, utilizamos a técnica de entrevista que foi realizada com o apoio de um roteiro com questões semi-estruturadas (no Apêndice). Para Marconi e Lakatos (2002), a entrevista consiste em um encontro entre duas pessoas e tem por objetivo que uma das partes obtenha informações sobre um determinado assunto, portanto, este procedimento é utilizado na investigação social a fim de se realizar a coleta de dados ou para contribuir com o diagnóstico ou tratamento de um problema social.

Para a realização das entrevistas foram selecionados três assistentes sociais do município de Ivaiporã, os quais atuam nas políticas que compõem o sistema de seguridade social: Assistência Social, Saúde e Previdência Social. As entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2016, data sugerida e aceita pelos entrevistados. A data, o horário e o local de realização das entrevistas foram definidas e agendadas de forma conjunta com os participantes, por meio de contatos realizados, pessoalmente, por telefone e por e-mail.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e transcritas para que as informações pudessem ser submetidas à análise de conteúdo. Portanto, todos os profissionais receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o sigilo quanto aos dados confidenciais. Nesse sentido, para apresentação dos dados e realização da análise, também serão adotados alguns procedimentos para garantir que a identidade dos entrevistados seja preservada, utilizando a substituição dos nomes dos assistentes sociais por códigos. Os sujeitos da pesquisa serão identificados pelas iniciais da categoria profissional, seguida por uma numeração: AS1; AS2; e AS3.

3.3 O PERFIL DOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

O tempo de atuação dos entrevistados nas instituições onde trabalham, variam entre 5 a 9 anos, o que possibilita um maior conhecimento de seu processo de trabalho na instituição.

Quanto à carga horária apenas o AS3 trabalha 20 horas semanais, os demais trabalham 30 horas semanais, conforme a Lei nº 12.317, aprovada em 26 de

agosto de 2010. Em relação ao vínculo empregatício, o AS3 possui contrato de trabalho celetista, já o AS1 e AS2 são estatutárias.

No que diz respeito à formação continuada, o AS1 possui mestrado e os demais entrevistados possuem especialização. Neste sentido, Iamamoto (2015), corrobora que é necessário que os profissionais se especializem, atualizando-se sempre, com o intuito de melhorar o atendimento. Visto que as demandas estão postas em uma sociedade que vive em constante transformação.

A realização das entrevistas permitiu uma análise mais aprofundada em relação aos eixos que correspondem diretamente ao nosso objeto de estudo e estão dispostos a seguir: as condições de trabalho oferecidas pelas instituições empregadoras; o reconhecimento e valorização profissional; e os desafios encontrados para os profissionais desenvolverem seu trabalho.

3.3.1 As condições de trabalho e os equipamentos oferecidos pelas instituições empregadoras

Buscando compreender o cotidiano profissional dos assistentes sociais no município de Ivaiporã, a partir das condições de trabalho oferecidas pelas instituições empregadoras, por meio dos relatos dos sujeitos entrevistados, observa-se que o exercício profissional do assistente social no município é diversificado e apresenta inúmeros desafios.

Parte dos profissionais expressam estar satisfeitos com as condições de trabalho oferecidas pela instituição, quanto ao espaço físico e equipamentos necessários para a realização do atendimento aos usuários do serviço ofertado. Sobre isso, observemos:

AS1: Então as condições físicas de atuação aqui são bem tranquilas, até porque o prédio é novo. Eu entrei e um mês depois foi inaugurado esse prédio, então o prédio já foi construído de acordo com as necessidades dos profissionais. A estrutura física aqui é tranquila.

AS3: A estrutura em si do prédio não é boa, mas eu acho dentro de muitos lugares, tenho um lugar bom, um lugar privilegiado. Eu tenho uma porta, eu tenho o meu local, minha mesa de trabalho, eu tenho

meu computador, eu tenho meu armário, então assim, tudo o que tiver acessível eles estão proporcionando.

Compreende-se a partir dos relatos acima que para o profissional AS1 as condições físicas estão adequadas, enquanto que para o profissional AS3 o acesso a tais condições é proporcional à instituição empregadora. Observa-se que não se apresentam nos relatos expressões na perspectiva de uma preocupação com relação aos usuários dos serviços prestados, muito embora elucidamos a questão. Este fato nos chamou atenção, pois, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética, as condições a serem ofertadas devem estar voltadas para o atendimento às necessidades dos usuários e não de exclusividade da satisfação do profissional, pois aqueles são a razão pela qual os assistentes sociais estão ali atuando. Essas condições devem garantir que os serviços prestados pelos assistentes sociais cheguem com qualidade aos usuários das políticas públicas.

Quando se apresenta que a necessidade desse profissional é atender com qualidade aos usuários, isso não fica explícito na declaração dos mesmos, diante da própria condição que eles reduzem ao dizer que as condições de trabalho estão vinculadas a ter uma sala, um armário com chave, dentre outros elementos materiais. Porém, vale mencionar que a garantia de condições e meios que possibilitem que os usuários recebam um serviço com qualidade deve ser o fundamento da satisfação da necessidade profissional.

Já o profissional AS2 nos relatou que o seu espaço, ainda que esteja em melhores condições, não está 100%, devido a recente mudança do prédio institucional. No entanto, no momento da visita foi possível observar algumas questões que merecem destaque, como por exemplo, a dificuldade para acessar a sala do profissional. A instituição funciona em um prédio e a sala de atendimento profissional está localizada no primeiro andar, o que, para se ter o acesso é necessário subir escadas, dificultando e até impossibilitando o acesso daqueles que possuem dificuldades de locomoção.

Outro ponto importante a ser destacado pelo AS2, é que a sala de atendimento não é privativa, sendo ainda compartilhada com outra profissional, duas vezes por semana. Porém, destacou que vem argumentando cotidianamente com o empregador a necessidade e obrigatoriedade em ter um espaço privado para o atendimento, condizente com as normativas da profissão.

“[...] a gente mudou aqui faz pouco tempo, mas melhorou bastante. Então tem melhores condições de trabalho, a sala é melhor, armário por enquanto ainda está por vir, mas não está ainda 100%, mas está melhorando, está se encaminhando.

[...] no outro prédio eu não tinha uma sala só minha. Era aberto. Por mais que agora ainda tem essa parte que é compartilhada com a nutricionista que fica dois dias da semana, mas mesmo assim, se existe um atendimento, alguma coisa que tenha esse contato, o espaço é pequeno”.

Vale ressaltar que é indispensável a importância de o assistente social possuir seu próprio espaço para a realização dos atendimentos na instituição, de preferência que seja uma sala exclusiva. Esta sala deve ser adequada com condições que estabeleçam e fortaleçam a relação entre os profissionais e os demandantes da política pública, não sendo uma sala apenas para atendimentos esporádicos.

Ainda quanto às condições de trabalho oferecidas pelas instituições empregadoras, também indagamos acerca de alguns pontos no que se refere à dimensão de legislação da profissão. O que cabe destaque, a partir dos relatos dos sujeitos foi o sigilo profissional vinculado às condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

AS1: Especificamente quanto à estrutura física, aqui é extremamente boa a condição, eu tenho garantido o espaço privativo, o espaço que mantém o sigilo, eu tenho todo o equipamento de informática, espaço para reunião.

AS3: Por mais que a gente mantenha o sigilo, com o respeito ao usuário, ao paciente que aqui a gente chama de paciente, na hora da reunião a gente acaba conversando com os demais, mas é um sigilo profissional, independente de qualquer coisa é um sigilo, se eu achar pertinente passar as informações eu passo, se eu achar que não é pertinente, que não é viável eu não compartilho.

Portanto, faz-se necessário que os atendimentos sejam compreendidos na perspectiva de assegurar e resguardar as informações prestadas pelos usuários, o que se faz condizentes com a Resolução nº 493/2006:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou

coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

[...]

b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;

[...]

d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.

Art. 4º - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais.

A resolução esclarece as condições necessárias para o exercício profissional, de forma que se garanta a qualidade dos serviços e o sigilo profissional nos atendimentos aos usuários. Nessa perspectiva é um dever profissional preservar a imagem dos usuários, de modo que as informações reveladas e/ou prestadas pelos sujeitos numa relação de trabalho não cause desconforto, ou coloque em risco as informações e os direitos que possam vir a ser violados.

Nesse sentido, o AS1 também relata que a instituição em que trabalha não utiliza mais arquivos físicos, pois foi criado um arquivo digital, no formato de pasta de compartilhamento, onde todos os profissionais podem ter acesso. Porém, o mesmo enfatizou que foi necessário esclarecer aos demais profissionais que a pasta do Serviço Social não pode ser compartilhada, por conter informações sigilosas. Atendendo essa requisição profissional, a instituição criou um arquivo exclusivo com o intuito de defender e garantir o direito ao sigilo das informações dos usuários, no qual somente o assistente social tem acesso.

Em relação ao material técnico sigiloso a Resolução CFESS nº 556/2009 em seu Art. 2º, traz a seguinte consideração:

Parágrafo Único - O material técnico sigiloso caracteriza-se por conter informações sigilosas, cuja divulgação comprometa a imagem, a dignidade, a segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade e outros, das pessoas envolvidas, cujas informações respectivas estejam contidas em relatórios de atendimentos, entrevistas, estudos sociais e pareceres que possam, também, colocar os usuários em situação de risco ou provocar outros danos.

Reflete-se a importância desse documento para a possibilidade de execução do trabalho profissional, em relação às condições técnicas e éticas, como por exemplo a disposição de equipamentos para a realização dos serviços. Observa-se a importância do profissional, quanto ao seu dever ético se posicionar perante a instituição empregadora, informando-a e requisitando adequações, nas vias de possibilidade de ampliação e segurança dos direitos aos demandantes pelos serviços na respectiva política pública.

No que se refere aos equipamentos necessários, o AS3 nos informou que não possui equipamentos próprios para o exercício profissional, sendo necessário compartilhar com outros profissionais da instituição. Assim, a falta de equipamentos do Serviço Social acarreta em empecilhos e atrasos para a efetivação do seu trabalho, tal como o profissional mencionou sobre “a indisponibilidade de um telefone no setor para realizar os atendimentos e que quando precisa utilizar, tem que sair procurando”.

O AS1 problematizou a falta de um transporte na instituição para que ele possa desenvolver as atividades externas, ou seja, ressaltou que sendo necessário se deslocar aos municípios de abrangência do atendimento da instituição, torna-se necessário utilizar o veículo próprio. Verifica-se uma dificuldade diária posta para o profissional, o que acaba por dificultar que o mesmo desenvolva seu trabalho com qualidade, bem como ainda tenha que colocar instrumentos particulares, o que em caso de dano também não será ressarcido pela instituição.

Compreende-se que as condições de trabalho dos assistentes sociais a partir dos equipamentos oferecidos pelas instituições empregadoras são insatisfatórias, observando que fica muitas vezes ligados a um ou outro profissional em seus respectivos espaços, mas, que para ambos importa-se a necessidade de que os empregadores reconheçam o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais.

É preciso refletir também quanto ao posicionamento do profissional, enquanto dever ético, informar às instituições empregadoras sobre as condições técnicas e éticas para o exercício profissional e em caso de recusa de atendimento, tal como nos dispõe os instrumentos jurídicos normativos e principalmente a Lei de Regulamentação da profissão em seu art. 13, é um dever profissional denunciar ao órgão representativo da categoria profissional (BRASIL, 2011).

3.3.2 Reconhecimento e Valorização Profissional

Compreendendo que o reconhecimento do trabalho e a valorização deste profissional é um dos pontos que na atual conjuntura requer destaque, dado os desafios que este assume, na perspectiva de fundamentação de sua requisição para dar respostas concretas às expressões emergidas da realidade social. Foi importante investigar este ponto tendo em vista que o mesmo repõe a condição necessária para que o profissional também possa se reconhecer e ser reconhecido naquele espaço em que atua.

Nessa perspectiva, diante dos relatos dos assistentes sociais foi possível observar que a maioria deles não se sentem reconhecidos e valorizados perante a instituição empregadora.

AS1: A instituição, ela não valoriza o assistente social enquanto um profissional que está aqui para facilitar o acesso da população aos direitos, ao contrário. Então, por parte da instituição há uma dificuldade de reconhecimento do profissional. A instituição considera que o assistente social deveria estar fazendo outras atividades e não a que o assistente social desenvolve, até porque se a gente for pensar é extremamente contraditório [...]

AS3: A princípio, para valorizar eles valorizam sempre assim, o médico, a psicóloga, dependendo de quem faz parte da equipe, daí vem a enfermeira, daí vem... vem... não é fácil, é um trabalho de formiguinha, a cada dia você tem que conquistar um pouquinho do teu espaço.

A instituição empregadora não reconhece o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, como explícito no relato do AS1. Sendo estes profissionais que vão atuar na defesa de direitos, ao mesmo tempo que precisam refletir estratégias para o atendimento dos demandantes pelos serviços ainda tem que atuar no convencimento e para que o empregador reflita o quão importante é esse trabalho a ser realizado.

Também foi possível observar que nem sempre o empregador quer de fato um atendimento qualificado, porque na sua concepção ou na sua desinformação é mais importante alguém que execute o serviço por quantidade. Ou seja, que dê conta de inúmeras demandas em decorrência da ausência de outros profissionais e,

tal como relatado pelo AS1 “no fim esse empregador também não compreende que o assistente social vai deixar uma demanda que seria sua atribuição descoberta”, por ter que desenvolver outras atividades. O assistente que detém conhecimento da sua atividade tal como expresso pelo AS1, expressa que as estratégias são meios de fundamentar a imagem que o profissional constrói na instituição e, fazendo o empregador refletir, converte aquela imagem em autonomia profissional.

Foi possível compreender que há uma desvalorização do assistente social em relação às outras categorias profissionais, tal como explícito no relato do AS3. Historicamente a profissão luta contra os ranços da imagem de uma profissão de caráter assistencial, mas é o exercício profissional do assistente social que poderá romper com essa imagem, numa perspectiva também de articular com as outras categorias profissionais, de forma que os serviços nos respectivos espaços sócio-ocupacionais sejam respeitados.

Diante das informações apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, nesses espaços sócio-ocupacionais, o AS1 e AS3 sentem-se desvalorizados, principalmente quando comparados a outras categorias profissionais, como explícito nos relatos acima.

Já o AS2 diz estar satisfeito com o reconhecimento e valorização no seu espaço sócio-ocupacional:

“O reconhecimento, acho que isso existe, eles ainda por mais que não têm conhecimento na área, que nem sempre os gestores são formados, então sempre aquela questão, ah! isso não é assim..., daí a gente tem que estar explicando como que é, o que é a legislação”.

Nesse mesmo relato, também se destaca uma questão marcante na região do Vale do Ivaí, onde os gestores da política de assistência social em sua maioria, não possuem formação na referida área ou sequer formação superior. A falta de formação acaba acarretando dificuldades no entendimento das ações que devem ou não ser realizadas pelos profissionais. Conforme as informações prestadas pelos sujeitos da pesquisa, o assistente social precisa estar sempre dialogando e problematizando o que as legislações e normativas dispõe sobre sua profissão.

Ainda no que tange o reconhecimento e valorização, o AS1 mencionou a autonomia profissional, sendo imprescindível para o seu processo de trabalho.

AS1: O profissional ele tem que saber conquistar o seu espaço para ele ter autonomia, então assim, eu aqui numa gerência local eu não tenho dificuldade, até porque nós temos assim muitas chefias, nós temos uma chefia administrativa que fica aqui dentro dessa agência, aí nós temos uma chefia técnica que fica na gerência, então eu respondo tecnicamente para uma chefia e respondo administrativamente para outra chefia [...]
 [...] Então, assim, esperar reconhecimento é muito subjetivo, o que é ser reconhecido dentro da instituição, é ser reconhecido por atingir metas? Isso é bom para o serviço social? Não. É ser reconhecido enquanto profissional de referência [...]
 [...] Ai sim é conquistar um espaço dentro da instituição.

Sobre a autonomia profissional, conforme destacado no relato ela deve ser conquistada diariamente, com o intuito de alcançar a sua valorização, e conseqüentemente serem reconhecidos enquanto profissionais de referência pelos usuários e não apenas por cumprir as metas estabelecidas pela instituição empregadora.

3.3.3 Desafios para a atuação profissional

O Serviço Social na contemporaneidade vem apresentando diversos desafios em seus espaços sócio-ocupacionais, afetando diretamente a efetivação de suas ações, tal como discutido no segundo capítulo deste trabalho. É nesse sentido que indagamos no campo profissional como ocorrem esses desafios.

Para o AS1 são diversos os desafios encontrados em seu cotidiano de atuação, como a dificuldade que a instituição empregadora tem de compreender o papel do assistente social, tendo em vista que a mesma possui uma estrutura rígida e hierárquica, não estando preparada para receber um profissional com o perfil do assistente social, o qual podemos observar no seguinte relato:

“A instituição compreende que o assistente social é um profissional que veio para fiscalizar, que veio para combater fraudes, e não um profissional voltado para a defesa de direito, para facilitar o acesso dos segurados. A instituição ela tem um caráter muito fiscalizatório, muito de tentar coibir as práticas fraudulentas e eles acham que o Serviço Social devia fazer parte de toda essa ideia”.

A ausência de compreensão por parte da instituição implica em dificuldades para o profissional, o qual tem que estar sempre esclarecendo que o Serviço Social não está para cercear direitos, mas ao contrário, ampliar o acesso aos direitos. Reflete-se ainda que a instituição compreende o Serviço Social na perspectiva de sua gênese, ou seja, quando o assistente social era considerado o profissional que adentrava a vida pessoal dos sujeitos, na dimensão doutrinária de manter o papel regulador da ordem em nome do Estado, tal como retratamos no primeiro capítulo do trabalho.

Outro desafio apontado pelo AS1 relaciona-se com o acima citado, pois, estes desafios provocados pelas instituições empregadoras desconstroem o que está disposto no Código de Ética da profissão:

“A instituição é movida por metas, aqui o que interessa é o atendimento quantitativo e não o atendimento qualitativo, então assim, é muita pressão, muita cobrança para que se atenda muitas pessoas no prazo menor possível e para que se dê a solução do problema, não importa se aquela solução é o que a pessoa necessita ou o que a pessoa veio buscar, então esse eu também considero um desafio muito grande, que é essa questão de metas, é uma ideia gerencial totalmente tirada da iniciativa privada e trazida para uma política pública”.

Esse atendimento por metas rebate diretamente na qualidade dos serviços prestados, pois na expectativa de atender números, acaba-se por deixar passar despercebido o real sentido da atuação profissional, não focando na necessidade do usuário e sim, da instituição. O que leva o profissional sempre estar lutando, na perspectiva de conquistar autonomia para desenvolver suas ações de modo condizente com seu Código de Ética, com vistas à garantia de atendimento com qualidade aos demandantes dessa política pública.

O desafio salientado pelo AS2 diz respeito à equipe profissional, como explícito no relato a seguir:

“Acho que ainda o principal desafio é na parte de equipe mesmo, não só aqui, mas no serviço como um todo, então a parte de recursos humanos ainda acho que é o maior desafio dentro da política de assistência social no município, porque faltam profissionais no CRAS, faltam profissionais no CREAS, faltam profissionais na instituição de acolhimento”.

Equipes profissionais reduzidas é um desafio rotineiro no município, visto que são vários os equipamentos que sofrem com essa dificuldade. Para consecução do trabalho do assistente social é imprescindível que todos os equipamentos estejam funcionando adequadamente, pois, um depende do trabalho do outro para a efetivação desta política pública e a falta de recursos humanos acaba impedindo a concretização dos serviços.

Para o AS3 o desafio vai além da ausência de recursos humanos, ou seja, requer também da equipe uma dimensão do trabalho coletivo:

“Se for falar em termos técnicos, os desafios é que a equipe precisa estar em sintonia, não adianta a enfermeira querer uma coisa, a psicóloga querer outra e o médico outra, cada um tem uma linha de pensamento, aqui dentro a gente tem que pensar em conjunto”.

Diante do exposto pelo profissional, observa-se uma compreensão de que uma equipe que trabalha em conjunto alcança melhores resultados na perspectiva de desenvolver suas ações em prol dos usuários. O mesmo expressou ainda que “o diálogo possibilita uma socialização de informações de modo a se pensar em estratégias de intervenção”.

Ainda sobre os desafios de atuação profissional, o AS3 destaca que já vivenciou momento em que o próprio coordenador da instituição em que atua e outros profissionais acabavam atravessando o Serviço Social dentro da instituição. Conforme nos mencionou o AS3, o mesmo já teve coordenadores determinando o que deveria fazer, assim como outros profissionais dando informações equivocadas para os usuários, no qual colocava o profissional numa situação desconfortável e de descredibilidade diante dos usuários. O coordenador e os demais profissionais da instituição acabavam passando por cima da autonomia do profissional, realizando atividades e orientações que são pertinentes e exclusivas ao Serviço Social. Essas orientações de acordo com o AS3 acabavam sendo repassadas de forma equivocadas e, quando os usuários chegam para o atendimento e ele vai repassar a informação correta, conforme previsto nas legislações, essa já cai em descréditos, justificando a informação que outro profissional lhe repassou e assim por diante. Dessa maneira, o assistente social perpassa cotidianamente por este desafio, sendo

necessário lutar na perspectiva de defesa da sua autonomia e dos princípios que norteiam sua profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou conhecer as condições de trabalho dispostas para o exercício profissional dos assistentes sociais no município de Ivaiporã. Partindo do primeiro capítulo, realizamos um resgate teórico acerca do Serviço Social no Brasil desde sua institucionalização enquanto profissão nos anos de 1930, com vistas a conhecer a sua trajetória. Isso nos permitiu conhecer os principais desafios e avanços que o Serviço Social obteve ao longo do seu amadurecimento, com ênfase no projeto ético-político profissional e nas dimensões técnico operativas, teórico metodológica e ético política da profissão.

Com o objetivo de apresentar as principais transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus impactos às políticas sociais, as quais consideramos *locus* privilegiado de atuação do assistente social, tendo o Estado como principal empregador, compreendemos que as transformações ocorridas afetam todas as profissões e conseqüentemente implicam na qualidade do serviço prestado pelo assistente social. Sendo este profissional um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho em prol do atendimento aos direitos à classe trabalhadora, consideramos a evidente importância do reconhecimento dos espaços sócio-ocupacionais.

Portanto, como mencionado no segundo capítulo deste trabalho, os assistentes sociais possuem uma relativa autonomia para atuação profissional, todavia, esta encontra-se permeada por interesses entre as classes sociais. O Serviço Social ainda que seja regulamentado como profissão liberal, este não se concretiza como tal, segundo Iamamoto (2015, p. 63, grifo do autor) “isso significa que o assistente social *não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos [...]*”, sendo assim, a autonomia da categoria profissional torna-se relativa e não absoluta.

É perceptível que há uma subalternização dos assistentes sociais, independente da área em que atuam. As relações de poder, bem como o lugar imposto ao Serviço Social, imbricados na contemporaneidade acaba por interferir diretamente no agir profissional, comprometendo assim a concretização da relativa autonomia, e isso ficou totalmente explícito nos relatos dos sujeitos da pesquisa, o qual nos apontaram as inúmeras dificuldades e que a autonomia está na capacidade

de construção em uma dimensão micro, buscando refletir com as outras categorias profissionais numa perspectiva ampliada.

Para aumentar as possibilidades de autonomia no exercício profissional, é imprescindível conhecer a realidade em sua totalidade, o que tornará possível que os assistentes sociais tenham vastas alternativas de respostas às demandas requisitadas pelos usuários das políticas públicas. Também soma-se a isso, o entendimento destes profissionais quanto às dimensões que constituem o seu fazer profissional, observa-se que os dados apresentados pelos sujeitos da pesquisa demonstram que o Serviço Social há muito em que avançar. Tais dimensões se expressam interligadas a questão da importância da formação permanente, da atualização profissional, tal como já discutido no decorrer do trabalho.

Diante da análise dos relatos dos sujeitos da pesquisa é importante refletir quanto à clareza que os assistentes sociais possuem em relação às suas atribuições e competências, independente da política pública em que atua, tal como expressa o projeto ético-político da profissão. Estes profissionais precisam estar capacitados para se posicionarem perante a instituição empregadora e também compreender a dinâmica institucional que é colocada, bem como os limites e desafios encontrados cotidianamente, para que possam sempre atuar na perspectiva de defesa dos direitos dos usuários e nos preceitos éticos.

Torres (2007) já nos salientava acerca da importância da utilização do conhecimento da legislação como parte imbricada na perspectiva de instrumentalidade constitutiva do exercício profissional, o que reforça então a importância da apropriação por parte dos profissionais, referente aos instrumentos normativos e jurídicos da profissão, buscando se posicionar perante a instituição empregadora, bem como diante dos demais profissionais, na perspectiva de sempre avançar com relação aos desafios profissionais tais como discutiremos no eixo a seguir.

Chegado ao término deste trabalho, salientamos das dificuldades para sua realização quando alguns pontos do trabalho mereciam maiores aprofundamentos. Mas, considerando a delimitação do objeto de pesquisa, o presente trabalho atingiu o seu objetivo em conhecer a realidade vivenciada pelos profissionais a partir das condições de trabalho dispostas para o exercício profissional dos assistentes sociais no município de Ivaiporã-PR.

Espera-se que esse trabalho contribua no âmbito da universidade para a formação de outros acadêmicos sobre um assunto que vem sendo tão escasso, quanto reflexões acerca do exercício profissional do assistente social e a produção de conhecimento acerca da profissão do Serviço Social. Também espera-se que essa pesquisa seja aprofundada e que sirva para o exercício profissional, na dimensão de compreender e reafirmar cotidianamente a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais que perpassam também por posicionamentos e defesa de um projeto ético-político, não desconsiderando os desafios destes profissionais, dado a ótica da precarização das condições de trabalho.

REFERÊNCIAS:

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em:< http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2016. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 jan. 2017.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil. In: **Capacitação para Conselheiros de Saúde** - textos de apoio. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001. Disponível em:<[http://www.saude.mt.gov.br/upload/documento/16/politica-de-saude-no-brasil-por-maria-ines-souza-bravo-\[16-200511-SES-MT\].pdf](http://www.saude.mt.gov.br/upload/documento/16/politica-de-saude-no-brasil-por-maria-ines-souza-bravo-[16-200511-SES-MT].pdf)>. Acesso em: 06 out. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

COHN, Amélia. Caminhos da reforma sanitária. **Lua Nova**, São Paulo, n. 19, nov. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n19/a09n19.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 493 de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. **Resolução CFESS nº 556 de 15 de setembro de 2009**. Procedimentos para efeito da lacração do material técnico e material técnico-sigiloso do serviço social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_556-2009.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. **Instrumentalidade do serviço social: dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional**. Natal, 2008. 148 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A política social no Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2007.

FREITAS, Maria Raquel Lino de. Desenvolvimento e políticas sociais no Brasil considerações sobre as tendências de universalização e de focalização. In: 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2005, Cascavel. **Anais...**Cascavel: UNIOESTE, 2005. p. 1-17. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco10.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. 2010. Disponível em: <http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

GASPAROTTO, Geovana Prante; GROSSI, Patrícia Krieger; VIEIRA, Monique Soares. O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2014, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2014. p.1-18. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8153/2/evento_006%20-%20Patr%C3%ADcia%20Krieger%20Grossi.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

GUEDES, O. S. ; OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de ; COELHO, K. A. F. P. . Sigilo profissional: breves considerações para o cotidiano profissional. In: 15º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2016, Olinda, PE. **Anais...** Olinda: 15º CBAS, 2016, p. 1-14.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em serviço social e políticas sociais**. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, CEAD, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 09-31, jan. a jun. 2001. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/JooRafael1/revista-temporalis-3-2001>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. p. 15-50.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 341-376.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=_ES&codmun=411150&search=parana|ivaipora|infograficos:-historico>. Acesso em: 22 dez. 2016.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 201-222.

LOPES, Josefa Batista. Os desafios, 30 anos depois. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 12, p. 21-30, nov. 2009a.

LOPES, Ana Paula. Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e seus impactos para a organização da classe trabalhadora: uma ameaça às políticas públicas? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, n.4, 2009b, São Luís. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão - Campus Bacanga, 2009. p. 1-11. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/transformacoes-contemporaneas-no-mundo-do-trabalho-e-seus-impactos-para-a-organizacao-da-classe-t.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MELIM, Juliana Iglesias. Trajetória da proteção social brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 167-184, jul./dez. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-29.

NAKAHODO, Sidney Nakao; SAVÓIA, José Roberto. **A Reforma da Previdência no Brasil**: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/03.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

NETTO, José Paulo. O serviço social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, v.10, n. 30, p. 89-102, 1989.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de bem-estar social: origens e desenvolvimento. **Katálisis**, Santa Catarina, n. 5, p. 89-103, jul./dez. 2001.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/5738/5260>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PEREIRA, Jordeana Davi; SILVA, Sheyla Suely de Sousa; PATRIOTA, Lucia Maria. Políticas sociais no contexto neoliberal: focalização e desmonte dos direitos.

Qualitas, Campina Grande, v. 5, n. 3, p.1-14, 2006. Disponível em:

<<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/64/56>>. Acesso em: 02 out. 2016.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo.

Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

_____. Crise do capital e as implicações para a política de seguridade social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL. 2., 2014, Brasília. **Anais...** Brasília: CFESS, 2015. p. 11-32.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Conexão Geraes**, Minas Gerais, n. 3, p. 25-30, 2º semestre de 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 119-132, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SPOSATI, Aldaíza. A gestão da assistência social na cidade de São Paulo (2001-04). 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6778/5360>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.185-200.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições privativas presentes no exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 42-69, jun. 2007.

YASBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a , p. 143-164.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b, p. 125-142.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ILMO (a) Senhor (a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa: **“As condições de trabalho dispostas para o exercício profissional dos Assistentes Sociais no município de Ivaiporã-PR”**, realizada pelas acadêmicas do curso de Serviço Social:

_____ e _____, sob a orientação do Professor _____, ambos da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Campus Regional do Vale do Ivaí.

O objetivo geral da pesquisa é conhecer: as condições de trabalho dispostas para o exercício profissional dos assistentes sociais no município de Ivaiporã-PR. Os objetivos específicos da pesquisa são:

- ✓ Apontar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e os rebatimentos para a profissão;
- ✓ Identificar os espaços sócio-ocupacionais, onde os assistentes sociais estão inseridos, no município de Ivaiporã-PR;
- ✓ Analisar as relações de trabalho dos assistentes sociais;
- ✓ Identificar se as condições de trabalho e os equipamentos necessários para a efetivação do trabalho estão sendo disponibilizados pelas instituições empregatícias;
- ✓ Problematizar o cotidiano profissional dentre os seus limites e desafios.

Sua participação na pesquisa é muito importante e ela se dará da seguinte forma: contribuição nas informações a partir da entrevista com o apoio de um roteiro com questões abertas. A entrevista será realizada de forma individual e agendada, a partir de um prévio contato, sendo solicitada a autorização para que sejam gravadas e transcritas na íntegra, a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Buscando a garantia da privacidade e do sigilo, a identidade dos entrevistados será preservada, ou seja, não serão divulgadas.

Utilizaremos de nomes fictícios para abordar os referidos sujeitos na produção do relatório final da pesquisa.

Sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se de participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins da pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Informamos que o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contatar através dos seguintes fones: _____, e-mail: _____; _____, e-mail: _____ ou ainda com o Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso, Professor _____, pelo fone: _____. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue ao(a) senhor(a).

Eu _____,
tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica) do sujeito da pesquisa:

Local: _____ Data: ____ de _____ de 2016.

APÊNDICE B – Roteiro de questões

ROTEIRO DE QUESTÕES

Formação Profissional

Instituição em que se formou: _____

Modalidade de formação () Presencial () EAD

Ano de formação: _____

Formação continuada:

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

() Outros:

Vínculo de Trabalho

Tempo de atuação como assistente social: _____

Tipo de contrato de trabalho: _____

Carga horária de trabalho: _____

Setor de atuação: _____

- 1- Quanto às condições e estruturas oferecidas pela instituição empregatícia. Como você avalia o espaço físico e os equipamentos ofertados para a efetivação do seu trabalho?
- 2- Você considera que as condições dispostas pelo empregador são suficientes para que os serviços sejam ofertados com qualidade aos demandantes pela política pública?
- 3- Considerando as condições e demandas de trabalho, comente sobre os principais desafios para a atuação profissional. Como você considera o reconhecimento da instituição quanto: a autonomia, a valorização e satisfação do fazer profissional?
- 4- Considerando a disposição dos instrumentos que normatizam o exercício profissional (Lei de Regulamentação da Profissão; Código de Ética Profissional e resoluções do Conselho Federal de Serviço Social). Você compartilha com o empregador e outras profissões sobre as disposições necessárias para que os serviços prestados sejam garantidos com qualidade aos demandantes pela política pública?